

Mestrado em Gestão e Sustentabilidade no Turismo

PROJETO APLICADO

Formação em turismo: Papel dos CET no
desenvolvimento da Animação Turística

Elsa Maria Costa Ventura Ramos

junho | 2012



Escola Superior de
Turismo e hotelaria



Escola Superior de Turismo e Hotelaria

Instituto Politécnico da Guarda

**FORMAÇÃO EM TURISMO: PAPEL DOS CET NO DESENVOLVIMENTO DA
ANIMAÇÃO TURÍSTICA**

Elsa Maria Costa Ventura Ramos

**PROJETO APLICADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO**

Junho de 2012



Escola Superior de Turismo e Hotelaria

Instituto Politécnico da Guarda

**FORMAÇÃO EM TURISMO: PAPEL DOS CET NO DESENVOLVIMENTO DA
ANIMAÇÃO TURÍSTICA**

Elsa Maria Costa Ventura Ramos

**PROJETO APLICADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO**

Projeto Aplicado realizado sob a orientação do Professor Doutor Manuel António Brites
Salgado e coorientação do Professor Doutor Paulo Jorge dos Santos Almeida

Projeto Aplicado para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Sustentabilidade no Turismo

Junho de 2012

Agradecimentos

Há tarefas na vida que uma pessoa tem de realizar por si só mas cuja realização só é possível com a ajuda de algumas pessoas.

- Aos Profs. Doutores Manuel Salgado e Paulo Almeida, orientador e coorientador deste projeto aplicado, pelo incentivo e motivação, pelas reflexões e críticas.
- À Diretora e Subdiretor da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Dra. Anabela Sardo e Dr. António Melo pelo incentivo que me deram.
- Um gesto de profunda amizade, pois este sentimento não se agradece à Dra. Patrícia Marques e à Dra. Helena Gonçalves.
- Ao meu marido e em especial ao meu filho.

Resumo

O presente trabalho insere-se numa linha de investigação que pretende interpretar a importância da formação tecnológica no ensino do Turismo em Portugal, neste caso aplicada à área da animação turística. Assim, pretende-se conhecer a natureza da formação em Turismo, sobretudo a nível do ensino superior, bem como o desenvolvimento do sector da animação turística em Portugal. Os objetivos desta investigação centram-se na compreensão do estado da arte da formação tecnológica em Turismo, quer em termos de produção científica quer na legislativa. Pretende-se também conhecer a oferta e o mercado de formação na área da animação turística, com vista a perspetivar o seu desenvolvimento sustentado a nível nacional e regional. No seguimento deste enquadramento teórico faz-se uma análise aprofundada e comparativa dos CET em Gestão de Animação Turística da ESTM e da ESTH, bem como se alarga ao conhecimento desta oferta formativa a nível nacional. A metodologia apoia-se, assim, na revisão da literatura para contextualizar os paradigmas atuais da formação tecnológica, nomeadamente aplicada à área do Turismo. A recolha de dados secundários permite conhecer a evolução da oferta formativa a nível nacional na perspetiva dos responsáveis dos cursos e de áreas protegidas do território nacional. A importância da economia das experiências na indústria turística exige hoje novas abordagens à animação turística, bem como as estratégias mais adequadas com vista ao desenvolvimento turístico competitivo e sustentável. A necessidade de profissionais qualificados nesta área é notória e não pode ser dissociada da aquisição de conhecimentos tecnológicos específicos, o que justifica analisar os cursos de CET no ensino superior.

Palavras-chave: formação em Turismo, ensino superior, ensino tecnológico, animação turística.

Abstract

This proposal is part of a line of research that aims to interpret the importance of technology training in the teaching of tourism in Portugal, in this case applied to the area's recreational tourism. So we want to know the nature of training in tourism, especially at higher education as well as the development of recreational tourism sector in Portugal. The objectives of this research focus on understanding the art condition of the technological training in tourism in scientific and legislative terms. The aim is also to know the market and offer training in tourism activities in order to foresee its development. Following this study a far-depth and comparative analysis of Technology Specialization Course (CET) on Management of Tourist Activities of ESTM and ESTH will be done. The methodology relies, therefore, in the literature review to contextualize the current paradigms of technological training, particularly applied to the area of tourism. The collection of secondary data allows to discover the evolution of the training offer at a national view. Nowadays, the importance of the economy of experience in the tourism industry requires new approaches to tourism activities, as well as the most appropriate strategies to develop competitive and sustainable tourism. The need for qualified professionals in this area is obvious and cannot be dissociated from the acquisition of specific technological knowledge, which justifies analyzing the CET courses in the Institutes of technology.

Keywords: Tourism education, Institute of technology, technological education, tourism activities.

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
Capítulo I - Animação turística	4
1.1. Turismo	4
1.2. Componentes que integram o desenvolvimento turístico	5
1.2.1. Oferta turística e desenvolvimento da animação	8
1.3. Animação turística	11
1.3.1. Concetualização da animação turística	11
1.3.2. Perfil do animador	13
1.4. Sector empresarial da animação	14
1.4.1. Legislação da animação turística	17
Capítulo II - Formação em CET de Animação Turística	19
2.1. Formação em CET	19
2.2. Âmbito dos CET	20
Capítulo III - Caracterização da Região Centro	24
3.1. Região Centro	24
3.1.1. Caracterização da Paisagem	26
3.1.1.1. Legislação das Áreas Protegidas	28
3.2. Património edificado e cultural	31
3.2.1. Bens imóveis de interesse internacional: Património Mundial	32
3.3. Serra da Estrela	32
3.3.1. Atrativos da Serra da Estrela	32
3.3.2. Oferta turística na Serra da Estrela	34
Capítulo IV - Metodologia	36
4.1. Objetivos do estudo	36
4.2. Problemática	36
4.3. Metodologia	37
4.4. Caracterização da amostra	38
Capítulo V - Análise e discussão de dados	39
5.1. Estudo comparativo entre planos curriculares da ESTM e ESTH	43
5.2. Discussão de resultados	46
Capítulo VI - Conclusões e Sugestões	55
6.1. Conclusões	55
6.2. Sugestões	57
6.3. Limitações	57

Referências bibliográficas	59
ANEXOS	63

Índice de Tabelas

Tabela 1. - Taxa de desemprego por género, grupo etário e nível de escolaridade.....	19
Tabela 2. - Idade dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas.....	40
Tabela 3 - Idade dos Coordenadores de CET.....	41
Tabela 4 - Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTM.....	43
Tabela 5 - Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTH.....	44
Tabela 6 - Caraterização turística da região.....	47
Tabela 7 - Atividades com maior enfoque na região.....	49
Tabela 8 - Competências adequadas ao animador turístico.....	49
Tabela 9 - Proposta para o Plano Curricular do Curso CET da ESTH	53

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Relativo à principal Atividade Profissional	15
Gráfico 2 - Instalações para a atividade da empresa	15
Gráfico 3 - Principais constrangimentos do negócio	16
Gráfico 4 - Distribuição do número de CET registrados	21
Gráfico 5 - Distribuição do número de CET registrados por região geográfica	21
Gráfico 6 - Distribuição do número de CET registrados por distrito	22
Gráfico 7 - Distribuição do número de CET registrados por subsistema.....	23
Gráfico 8 - Gráfico representante da amostra de Coordenadores de CET	39
Gráfico 9 - Gráfico representante da amostra de Responsáveis pelas Áreas Protegidas ...	40
Gráfico 10 - Habilitações Literárias dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas	42
Gráfico 11 - Habilitações Literárias dos Coordenadores de CET	42
Gráfico 12 - Componentes curriculares em CET consideradas como Muito Importante pelos Responsáveis pelas Áreas Protegidas.	50
Gráfico 13 - Componentes curriculares em CET consideradas como Muito Importante pelos Coordenadores de CET	51
Gráfico 14 - Componentes curriculares consideradas por Responsáveis pelas Áreas Protegidas.....	51
Gráfico 15 - Componentes curriculares em CET consideradas como Importante pelos Coordenadores de CET.....	52

Índice de Figuras

Figura 1 - Sistema de Inter-Relações do Turismo	5
Figura 2 - Modelo teórico de enfoque estrutural de Inskeep.....	6
Figura 3 - Componentes do produto turístico.....	10
Figura 4 - Espaços Protegidos no Contexto de Portugal Continental e da Região Centro.	26
Figura 5 - Rede Natura 200 no Centro de Portugal	27
Figura 6 - Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela	34

Índice de Anexos

ANEXO 1 - TABELA CURSOS CET NO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2011/2012

ANEXO 2 - TABELA CURSOS CET NO ENSINO NÃO SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2011/2012

**ANEXO 3 - TURISMO DE NATUREZA NA REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS –
DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE CONDUTA**

ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO AO COORDENADOR DE CET

ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO AOS RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS PROTEGIDAS

**ANEXO 6 - PLANO DE ESTUDOS DA LICENCIATURA EM GUIAS DA NATUREZA DA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

ANEXO 7 - APECATE- NOTA DE IMPRENSA: TURISMO DE AR LIVRE

Glossário

CET – Curso de Especialização Tecnológica

CNAEF – Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação

DGES – Direção Geral de Ensino Superior

ESTH – Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia

ESTM – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche

IES – Instituições de Ensino Superior

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

OMT – Organização Mundial do Turismo

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

PNSE – Parque Natural Serra da Estrela

RNAAT – Registo Nacional de Agentes de Animação Turística

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and cultural Organization

WTTC – World Travel and Tourism Council

Introdução

A atividade turística é complexa e mutável, multifacetada e multidimensional que não deve ser reduzida exclusivamente a negócio, atividade industrial, marketing ou gestão de produtos. Aliado a esta atividade turística encontra-se a animação turística. Este sector é cada vez mais relevante nos dias de hoje pela importância da ocupação dos tempos livres dos visitantes, pois o Homem vive numa sociedade cada vez mais exigente e ocupado com obrigações quotidianas, designadamente as profissionais, sentindo por consequência necessidade de ter momentos na sua vivência que lhe façam esquecer o *stress* do seu dia-a-dia e viver novas experiências e emoções.

Assim, no âmbito da abordagem dos conceitos, enquadra-se o presente estudo no turismo e na animação turística, no qual se pretende fazer uma análise do desenvolvimento turístico a nível regional, neste caso aplicado à Região Centro, bem como a sub-regional na Serra da Estrela. Este trabalho foi iniciado a partir de um interesse pessoal com vista a estudar e compreender melhor o estado de arte da animação e das empresas de animação turística, focalizando na importância da formação dos profissionais deste sector, como meio para implementar e incentivar a qualidade neste sector.

Como Docente na Escola Superior Turismo e Hotelaria e proprietária de uma empresa de animação na região Centro, deparei-me com algumas dificuldades ao nível dos recursos humanos para a contratação pela empresa. Também verifiquei ao nível da docência que o curso de Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Gestão de Animação Turística, no qual leciono as disciplinas de Animação turística e Projeto de Animação, existe uma lacuna relativamente à adaptação deste curso às necessidades da área na qual se insere. De facto, atualmente constata-se uma lacuna no sistema turístico a nível da oferta turística de animação no destino Serra da Estrela, que também pode ser extensível às diversas áreas protegidas do território nacional, como se pode constatar da análise de conteúdos das entrevistas efetuadas no âmbito deste estudo. A importância da economia das experiências na indústria turística exige hoje novas abordagens e paradigmas, bem como as estratégias mais adequadas com vista ao desenvolvimento turístico competitivo e sustentável, a nível regional. No seguimento desta constatação assume-se que a formação em Turismo poderá ser um instrumento essencial na qualificação da animação turística que, por sua vez, contribuirá para o desenvolvimento sustentável desta área-destino.

Os objetivos do presente estudo centram-se na compreensão do estado da arte da animação turística, quer em termos de produção científica quer na legislativa, sobretudo no contexto da realidade nacional, bem como o conhecimento do seu papel no sistema turístico. No seguimento, pretende-se conhecer a importância da formação de CET na área de animação turística com vista a propor o desenvolvimento de um curso CET, que permita colmatar as necessidades existente na região, de acordo com a lacuna atrás referida. Neste sentido foi necessário analisar as diversas vertentes dos recursos turísticos de forma a otimizar as suas potencialidades turísticas, sobretudo pela dinamização da animação turística; tendo sido particularmente gratificante a possibilidade de compreender quais são as disciplinas com maior importância para a formação de um animador, segundo a opinião de docentes e de responsáveis de áreas protegidas, que foram inquiridos neste contexto.

Nas opções metodológicas aborda-se a problemática que se prende com as seguintes questões de investigação: existe necessidade de desenvolver programas curriculares de CET adaptadas às regiões nas quais se inserem? Qual dos grupos inquiridos apresenta uma definição mais completa das competências do animador turístico? Ainda neste capítulo demonstram-se os “caminhos” (procedimentos) realizados para a consecução do presente estudo. Também se apresenta a caracterização da amostra de estudo. No capítulo IV pode analisar-se ainda melhor as opções assumidas neste estudo.

A estrutura do projeto encontra-se dividida em seis partes. No Capítulo I foca-se o turismo, a sua vertente da animação turística e ainda outros componentes. No capítulo II analisa-se a formação em CET de Animação Turística, nomeadamente a sua importância e papel ao nível formativo. Pretende-se conhecer a oferta e o mercado de educação e formação existente na área da animação turística em Portugal, com vista a perspetivar o impacto previsível no desenvolvimento do sector da animação turística. No Capítulo III realiza-se uma caracterização da Região Centro e de todas as suas características, assim como se aborda o âmbito da Serra da Estrela. O Capítulo IV, da metodologia, aborda os objetivos do presente estudo, que são nomeadamente: desenvolver um curso CET que colmate as necessidades da região onde se insere; analisar as diversas vertentes dos recursos turísticos e a forma possível de os otimizar; compreender quais são as disciplinas com maior importância para a formação de um animador turístico. O V capítulo apresenta o estudo realizado sobre os planos curriculares das escolas ESTM e ESTH, sendo posteriormente realizada a discussão dos resultados obtidos no Capítulo VI, no qual são apresentadas as conclusões principais do presente estudo, assim como futuras sugestões de investigação e as limitações verificadas e sentidas durante a realização do mesmo. No âmbito deste estudo propõe-se um modelo de CET na área de formação em Turismo e Lazer, segundo a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), no domínio da

animação turística, com a finalidade de qualificar adequadamente profissionais com competências de especialização neste domínio funcional do sistema turístico.

Capítulo I - Animação turística

1.1. Turismo

A atividade turística é uma atividade complexa e mutável, multifacetada e multidimensional que não deve ser reduzida exclusivamente a negócio, atividade industrial, marketing ou gestão de produtos. Na realidade, o turismo é um fenómeno sociocultural que pode ser abordado de distintos pontos de vista (Carvajal, 1992: 25) e com diferentes perspetivas disciplinares: o turismo é uma indústria de serviços para a Economia. O turismo é uma atividade económica que se pode estudar através das análises de custo – lucro; o turismo é a deslocação de pessoas de um lugar para outro para a Geografia. A geografia do turismo estuda os movimentos de turistas no espaço e os processos de desenvolvimento turístico; para o Direito, o turismo é um exercício do direito à liberdade de circulação que as pessoas têm. O Direito, na sua relação com o turismo, estuda a legislação das atividades turísticas; para a Sociologia, o turismo é uma prática social enquadrada no tempo de lazer do turista. A sociologia estuda, habitualmente na sua própria sociedade, o turismo enquanto fenómeno social contemporâneo; o turismo é um fenómeno sociocultural complexo que possibilita a turistas e residentes a vivência da alteridade para a Antropologia. O turismo é uma indústria de encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos. O turismo é também uma indústria da hospitalidade (Chambers, 2000: 10); o turismo enquanto atividade humana realizada num meio ambiente específico e ao qual afeta, que é a área de interesse da Ecologia.

No entanto, é a parte económica que é mais abordada e aprofundada pela maioria dos atores do sector do turismo, pois esta atividade é responsável direta e indireta por mais de 23 milhões de postos de trabalho. Prevendo-se que entre 2008 e 2018, a taxa de crescimento média anual do PIB se aproxime dos 4% (WTTC, 2008). Justifica-se perante estes resultados as preocupações governamentais no desenvolvimento do destino turístico, os impactos socioculturais, ambientais e económicos.

Para Goeldner, McIntosh e Ritchie (2002), o desenvolvimento do sector turístico é atraente, tanto nos países desenvolvidos como para os países subdesenvolvidos, desde que existam as condições adequadas, como por exemplo uma combinação de atrativos naturais, panorâmicos, históricos, arqueológicos, culturais e climáticos. Como é do conhecimento geral, a atividade turística abrange todo o lado da procura e da oferta. Sendo assim, em relação à procura turística é oportuno mencionar o termo turista visto ser o elemento fundamental da procura turística. Cunha (2001: 19) define turista como sendo um “visitante que permanece, pelo menos uma noite no local visitado (não necessariamente em alojamento pago)”. É importante perceber o

conceito de turista, mas é de igual forma relevante procurar saber quais são as razões que levam o turista a viajar. Deste modo, torna-se essencial, conhecermos as tendências e expectativas do turista, para podermos proceder a análises de mercado, e assim, oferecermos um produto que vá de encontro às suas necessidades.

Na Figura 1 são apresentadas algumas características referentes à personalidade dos “novos turistas”, de acordo com citação de Elisabeth Kastenholtz no evento INVTUR 2010.

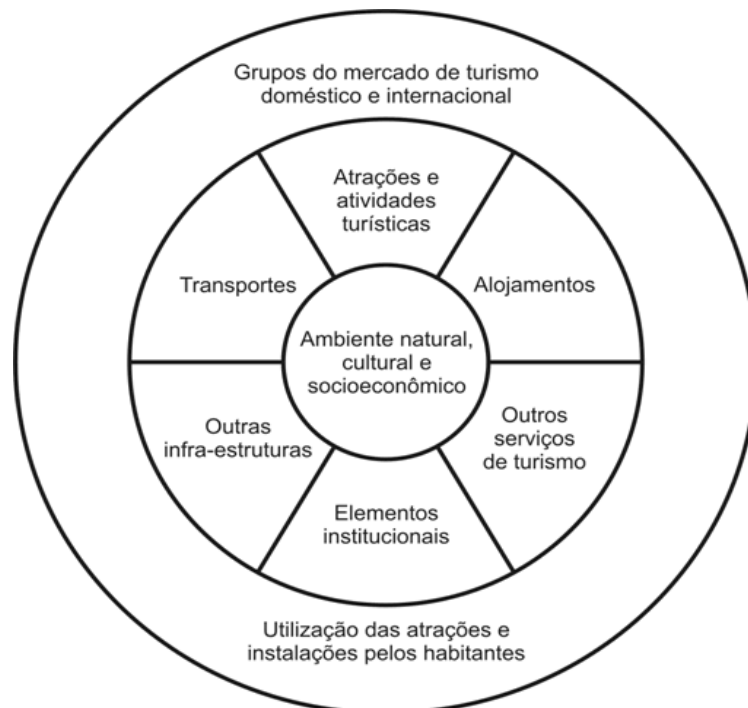
Figura 1 - Sistema de Inter-Relações do Turismo



Fonte: Swarbrooke *et al.* (2003: 59)

1.2. Componentes que integram o desenvolvimento turístico

Segundo Inskeep (1991), as condições fundamentais que deverão existir num destino para que ocorra o seu desenvolvimento turístico estão categorizadas nas seguintes componentes, que abaixo se explicam e que estão estruturadas na Figura 2.

Figura 2 - Modelo teórico de enfoque estrutural de Inskeep

Fonte: Inskeep (1997, in Petrocchi, 2001:18)

Assim, a componente atrações e atividades turísticas integra todos os recursos naturais, culturais e as atividades existentes no destino, que sejam capazes de atrair os visitantes. A construção de unidades de alojamento turístico e de serviços relacionados é outra das componentes fundamentais para que ocorra o desenvolvimento turístico nos destinos. A componente equipamentos e serviços turísticos – incorpora os equipamentos e os serviços necessários para o desenvolvimento do turismo, incluindo operadores turísticos, restaurantes, lojas de artesanato, bancos, e outros equipamentos turísticos como postos de informação, serviços pessoais, instalações médicas e de segurança pública e serviços de imigração. Como os visitantes chegam, partem e se deslocam num determinado destino é de responsabilidade da componente de transporte. Esta componente integra os diferentes meios de transporte e os serviços que lhe estão associados. A componente infraestrutura refere-se a elementos que fornecem condições básicas para o funcionamento efetivo da indústria do turismo, como por exemplo abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, recolha de resíduos sólidos e serviços de telecomunicações. E, por fim, a componente elementos institucionais, que são indispensáveis para a gestão do turismo. Esta componente incorpora programas de educação e formação, planeamento, estratégias de marketing, estruturas organizacionais públicas e privadas do turismo, que visam promover o desenvolvimento equilibrado do turismo nas suas diferentes dimensões, nomeadamente económicas, socioculturais e ambientais.

No entanto, a opção pelo desenvolvimento através do turismo pode ser mais problemática do que parece, pois além de ser uma atividade multisectorial, paralelamente ao seu desenvolvimento, gera diversos impactos positivos e negativos, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para que se sustente a longo do tempo. De acordo com Wanhill (1997), o desenvolvimento do turismo é extremamente complexo, envolvendo diversos sectores da economia e influenciando diretamente o modo de vida da comunidade anfitriã. Oliveira (2001) ressalta que o turismo pode gerar uma série de impactos negativos no meio ambiente e cultura local, ameaçando o desenvolvimento do sector a médio e longo prazo. Segundo Cooper *et al* (2007), o desenvolvimento do turismo não atingirá o seu auge caso seja deixado inteiramente nas mãos do sector público ou do privado, já que o sector público teoricamente voltará os seus objetivos para maximizar os benefícios sociais e o sector privado maximizará os lucros.

A essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados (*stakeholders*) na atividade do turismo. Wanhill (1997) ressalta a importância da participação de *stakeholders*, quer seja designadamente: governo central ou local, organizações estatais ou sem fins lucrativos, sector privado, comunidade local e turistas. O envolvimento das comunidades locais surge como um fator determinante para afirmar a identidade natural e cultural em questão. O isolamento de determinadas comunidades, encarado genericamente como um fator negativo, (por paradoxal que possa parecer), potencia o seu envolvimento em torno dos seus valores naturais e culturais, promovendo o surgimento de rivalidades e consequentes competições intercomunitárias (Araújo, 1986). Geralmente, desenvolvimento implica um processo de melhoria nas condições de vida da população. De acordo com Dudley (1993: 165), desenvolvimento que não tem ligação somente com a melhoria do bem-estar social mas também com a mudança: mudança no comportamento, aspirações, e na compreensão do mundo em que se vive.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável é reconhecido como um método imprescindível para atingir objetivos de desenvolvimento sem deteriorar os recursos naturais e culturais, nem degradar o ambiente. Apesar de existir um grande número de interpretações do que realmente é o desenvolvimento sustentável, a Organização Mundial de Turismo (OMT) define o termo como um modelo de desenvolvimento económico que é elaborado tendo em conta os seguintes objetivos:

- a) Melhorar a qualidade de vida da comunidade recetora;
- b) Proporcionar uma experiência de alta qualidade para o visitante;
- c) Manter a qualidade ambiental tanto para a comunidade quanto para o visitante.

O desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades económicas, sociais e estéticas. Mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Este desenvolvimento deve levar em consideração os benefícios para os anfitriões e para os visitantes, enquanto protege e melhora os recursos disponíveis para o futuro. Para se atingir este modelo de desenvolvimento desejável é necessário planear e gerir adequadamente a oferta turística.

1.2.1. Oferta turística e desenvolvimento da animação

O turismo resulta, em grande parte, de um aproveitamento dos recursos naturais, culturais, sociais de uma região, possibilitando a geração de riqueza por parte dessa região, que motivem a deslocação de pessoas, em resultado de uma necessidade criada nas mesmas e só preenchida com a deslocação ao local onde os fatores têm lugar. Neste âmbito, a OMT distingue dois conceitos diferenciados entre si (Cunha, 2006):

- a) património turístico – conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais que estão à disposição do homem e que podem utilizar-se mediante um processo de transformação, para satisfazer necessidades turísticas;
- b) recurso turístico – bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura.

O património turístico constitui, assim, o elemento fundamental da oferta turística; objeto de transformação em recursos turísticos mediante a utilização de meios técnicos, económicos e financeiros, transformando-se, por conseguinte, em património utilizável. A principal “matéria-prima” desta atividade económica são as características próprias e específicas do destino turístico (monumentos, paisagem, tradições) - a denominada **oferta primária ou original**. Cunha (2006) sistematizou as componentes da oferta turística da seguinte forma:

- a) Oferta turística de atração, constituída por todos os elementos ou fatores de origem natural ou criados pelo homem que dão resposta às motivações turísticas, originando uma deslocação;
- b) Oferta turística de receção, conjunto dos equipamentos, bens e serviços que permitem a permanência no local visitado e satisfazem necessidades decorrentes dessa permanência;
- c) Oferta turística de fixação ou retenção, constituída por todos os elementos que, contendo ou não motivos de atração, contribuem para aumentar a permanência dos visitantes ou torná-la mais agradável;
- d) Oferta turística de animação, todos os elementos criados pelo homem suscetíveis de satisfazer necessidades de recreio ou de ocupação de tempos livres;

- e) Oferta turística de deslocação, constituída pelo conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços que permitem a deslocação dos turistas.

A caracterização da oferta turística é importante para mostrar como esta se diferencia da oferta de outras atividades económicas. Neste sentido, a oferta turística apresenta as seguintes características:

- a) Os bens produzidos não podem ser armazenados sendo produzidos para o momento em que são consumidos. Não há lugar, portanto, à constituição de *stocks* podendo assim haver situações de oferta excedentária ou, pelo contrário, de oferta reduzida;
- b) O consumo turístico é condicionado pela presença do cliente que intervém no processo, dificultando a oferta de um serviço consistente; é imprescindível que o cliente se desloque para onde os bens e serviços são produzidos e não o contrário;
- c) Existe uma simultaneidade na produção e no consumo. A produção e o consumo ocorrem no mesmo local e ao mesmo tempo. Por exemplo, uma cama de hotel só produz quando alguém a ocupa;
- d) A oferta turística é imóvel, não sendo possível a sua deslocação para outro local, nomeadamente para locais onde porventura existam melhores possibilidades de venda ou de acesso;
- e) O produto turístico é composto, comportando necessariamente um conjunto de bens e serviços onde no mínimo, teremos o transporte, o alojamento e a alimentação. A complementaridade entre os diversos componentes do produto turístico é, assim, evidente; se um dos componentes não funcionar bem os outros são afetados;
- f) Os produtos turísticos, sendo imateriais, não podem ser experimentados antes da decisão da compra.

Importante para a caracterização da oferta turística é mostrar como esta se diferencia da oferta de outras atividades económicas. Neste sentido, a oferta turística apresenta as seguintes características: os bens produzidos não podem ser armazenados sendo produzidos para o momento em que são consumidos. Não há lugar, portanto, à constituição de *stocks* podendo assim haver situações de oferta excedentária ou, pelo contrário, de oferta reduzida; o consumo turístico é condicionado pela presença do cliente que intervém no processo, dificultando a oferta de um serviço consistente; é imprescindível que o cliente se desloque para onde os bens e serviços são produzidos e não o contrário; existe uma simultaneidade na produção e no consumo. A produção e o consumo ocorrem no mesmo local e ao mesmo tempo. Por exemplo, uma cama de hotel só produz quando alguém a ocupa; a oferta turística é imóvel, não sendo possível a sua deslocação para outro local, nomeadamente para locais onde porventura existam melhores possibilidades de venda ou de acesso; o produto turístico é composto, comportando

necessariamente um conjunto de bens e serviços onde no mínimo, teremos o transporte, o alojamento e a alimentação. A complementaridade entre os diversos componentes do produto turístico é, assim, evidente; se um dos componentes não funcionar bem os outros são afetados; os produtos turísticos, sendo imateriais, não podem ser experimentados antes da decisão da compra. Esta explicação sobre as características dos produtos turísticos é importante para explicar a complexidade da gestão do sector da animação turística.

Depois de caracterizar a oferta turística analisa-se o conceito de produto turístico pois, também ele, apresenta características próprias e específicas relativamente a produtos de outras atividades económicas. A definição de produto turístico apresentada por Medlik e Middleton, citando Cunha (1997: 154), refere que “um produto turístico é uma amálgama de elementos tangíveis e intangíveis, centrados numa atividade específica, num destino específico. Compreende e combina as atrações atuais e potenciais de um destino, as facilidades, a acessibilidade ao destino, dos quais o turista uma combinação de atividades e arranjos”.

Ainda de acordo com Cunha (1997:154), a União Europeia apresenta a seguinte definição para produto turístico: “conjunto de elementos que, podendo ser comercializados direta ou indiretamente, motiva as deslocações gerando uma procura”. O produto turístico, apresentando uma natureza compósita, tem a particularidade de envolver todos os pontos de contacto com o turista, constituindo estes, conforme mostra a Figura 3, os componentes do produto turístico.

Figura 3 - Componentes do produto turístico



Fonte: Elaboração própria

1.3. Animação turística

Dado que o estudo da animação turística é o cerne desta investigação, consideramos relevante proceder a uma breve concetualização dos principais termos desta área e, no seguimento, abordar o perfil do profissional que exerce as suas funções nas várias atividades incluídas no âmbito funcional deste imprescindível sector da atividade turística.

1.3.1. Concetualização da animação turística

O enquadramento teórico da animação turística é relevante para analisar e esclarecer os significados deste conceito de um sector essencial do turismo. Este conceito é cada vez mais utilizado nos dias de hoje pela importância da ocupação dos tempos livres dos visitantes, pois o Homem vive numa sociedade cada vez mais exigente e ocupado com obrigações, designadamente as profissionais, sentindo por consequência necessidade de ter momentos na sua vivência que lhe façam esquecer o *stress* do seu dia-a-dia e viver novas experiências e emoções.

Nesse sentido, Simpson citado em Quintas e Castaño (1998: 31), refere que a “animação é dar sentido a uma vida cheia de compromissos sociais e profissionais, para um maior conhecimento das culturas locais, fugindo à rotina das obrigações”. Já para Maillo, citado em Quintas e Castaño (1998: 32), a animação é definida como “uma série de atividades programadas, que permitam aos indivíduos uma interação de potencialidades, onde se procura um estreitamento de relações que permitam o desenvolvimento pessoal”.

Por antecedentes da animação entendemos qualquer ação com dimensão social, cultural e educativa, que tenha por objetivo dinamizar programas junto das populações (Lopes, 2008). A animação pode ser vista como uma atividade complexa, na medida em que cada conjunto de pessoas é um grupo diferente, com características e personalidades distintas. O profissional e/ou a equipa que organizam as atividades de animação têm de ter consciência que estas serão experiências únicas e que as mesmas devem ser concebidas e geridas de forma a contribuir para tal. O acolhimento deve ser muito próprio, para que cada um se sinta especial e importante, e dar liberdade a cada pessoa para participar e assumir um papel interventivo. O papel da animação é oferecer ao cliente o poder de ocupar o seu tempo com atividades gratificantes, emocionantes e divertidas; permitir conhecer, avaliar e viver o destino nos seus recursos mais característicos e diferenciados, dentro de uma experiência respeitadora com o meio social e ambiental envolvente.

Com a evolução do sector do turismo surgiu a necessidade de se criar um conjunto de condições, que permitissem o desenvolvimento de um serviço imprescindível no turismo, como é o caso da animação turística, passando a ser designada como um subsector da atividade turística. A sua fundamentação vai ao encontro do aparecimento de novos tipos de turismo, que pressupõem a realização de atividades ao ar livre, com uma participação mais ativa do turista.

Mendes e Cunha (2010) apresentam uma compilação de ideias sobre animação turística de alguns autores, com perspetivas diversas. Assim, segundo Chaves e Mesalles (2001: 20) a animação turística é “o conjunto de ações e técnicas dirigidas para motivar, promover e facilitar uma maior e mais ativa participação do turista no usufrua do seu tempo de férias, nos níveis e dimensões que isto implica”. A animação turística constitui assim uma forma de apoiar o desenvolvimento humano, sustentável e endógeno dos territórios, na medida em que leva as populações, de forma democrática, autónoma e participativa, se apropriem deles, preservem a sua identidade e os transformem em palcos de vida e de cultura viva, tendo como meta a sua partilha com o “outro”, neste caso o turista, que representa alguém que vem predisposto a viver experiências gratificantes e inesperadas e procura relacionar-se com outras pessoas e culturas.

Para dar resposta a esta tendência, e tendo sido referenciada pela primeira vez na tipologia de Turismo Natureza, o Ministério da Economia e Inovação, concebeu as medidas necessárias, nomeadamente, o enquadramento jurídico, para que se pudesse proceder à implementação de empresas de animação turística, já que a animação tem vindo a referenciar-se como um elemento essencial em qualquer destino turístico, a par das outras componentes como o alojamento, a restauração, os transportes ou outros serviços diretos. Assim, foi criado um Decreto-Lei que estabelecia o regime jurídico do funcionamento das empresas de animação turística. Nos termos do artigo nº 2, do Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de Abril, são consideradas empresas de animação turística, “(...) as que tenham por objeto a exploração de atividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como empreendimentos turísticos, empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza, estabelecimentos de restauração ou de bebidas, agências de viagens e turismo ou operadores marítimo-turísticos.”

Para Cavaco (2005, cit. por Mendes e Cunha, 2010: 648), o conceito de empresas de animação turística consiste numa forma de intervenção que visa melhorar, aumentar e reforçar a dinâmica turística integrada e sustentável de uma região. De acordo com Completo (2005, cit. por Mendes e Cunha, 2010: 648), professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, este subsector do turismo deve constituir um sistema de rede, de forma a trabalhar em parceria com a autarquia, os agentes culturais e os hotéis, tentando através de iniciativas de animação, evidenciar determinadas regiões, com um fraco e limitado potencial turístico. Também Costa e

Costa (2010: 984) defendem um conceito de rede de organizações em que “um grupo de entidades que trabalham conjuntamente para atingirem um determinado objetivo, em que a coordenação não é realizada através de fusões ou aquisições, mas sim através da criação de uma rede estratégica de entidades, que trabalham conjuntamente para os mesmos objetivos”. Estas empresas, estando, em geral, associadas ao turismo ativo, pretendem promover a prática de atividades que satisfaçam as necessidades próprias do turista, de modo a despertar sentimentos e emoções diferentes das que este sente no seu dia-a-dia.

Não podemos esquecer que a maior parte das atividades de animação turística, desenvolvem-se em espaços naturais, e segundo Kastenholtz (2010:719), “a procura de espaços naturais para o desenvolvimento de atividades turísticas tem vindo a crescer bastante nas últimas décadas. Portugal apresenta bastantes recursos de qualidade para o desenvolvimento destas atividades. Em 90000 mil quilómetros, 22% do território português é ocupado por áreas protegidas. Um terço do País (3,3 milhões de hectares) é constituído por floresta e existem inúmeros espaços agrícolas.” Por outro lado, com o fenómeno da industrialização e urbanização verificou-se uma crescente procura da natureza, nomeadamente pelo desenvolvimento de atividades de lazer e turismo (Valentine, 1994). Estas afirmações são bastante relevantes para justificar o papel do atual Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, como responsável do Turismo de Natureza e pela maioria das empresas de animação turística, que tem como papel principal, garantir a sustentabilidade do nosso património natural.

Sendo que a maioria destas empresas estão sediadas fora dos grandes centros, Costa e Costa (2010), sublinha, por um lado, as vantagens destas nos meios pequenos, atraindo visitantes para a sua área, criando, assim rendimento, fortalecendo a base da economia local, dinamizando o comércio e contribuindo para a criação de emprego direto e indireto. Por outro lado, estas promovem e valorizam o património natural e construído, preservando também, as tradições e culturas locais, estrutura empresarial que será ainda mais aprofundado no ponto 1.4.

1.3.2. Perfil do animador

O animador é uma das imagens mais importante da empresa de animação turística e uma das componentes mais importantes dos projetos de animação. Este tem de possuir grandes qualidades de comunicação, abertura de espírito, muita disponibilidade, um carácter extrovertido, talentoso e ser especialista em pelo menos uma atividade desportiva ou lúdica. Tem de ter uma personalidade forte, e ser possuidor de grande imaginação, ser dinâmico, flexível e ter uma grande capacidade sugestiva e de aprendizagem, enfim, possuir um conjunto de aptidões que tornam esta profissão difícil e mais completa do que muitos podem pensar.

Animar aspetos diversos do destino, monumentos, estruturas e acontecimentos, promover o acesso à cultura, contribuir para o desenvolvimento das capacidades criadoras, promover o contacto entre os elementos do grupo, suscitar iniciativas, aumentar a participação nas atividades propostas e introduzir a noção de cultura no âmbito dos tempos livres, são algumas das atribuições do animador.

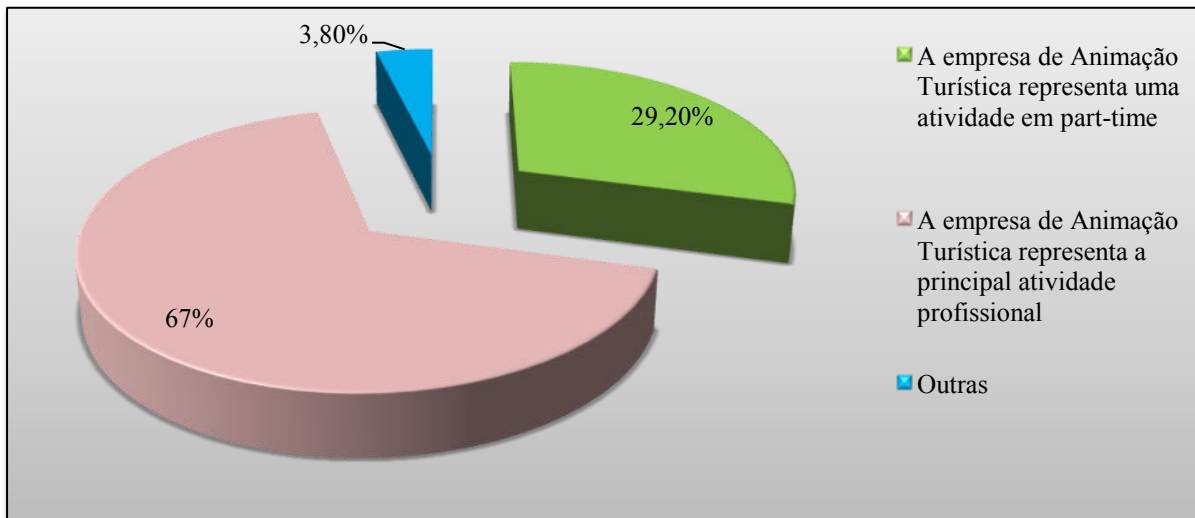
Segundo Chaves e Mesalles (2001: 36), o animador deve possuir: simpatia e amabilidade; tolerância, entusiasmo e disponibilidade; capacidade de improviso; capacidade pedagógica; capacidade de observação; dinâmica de grupo; ser aglutinador de grupo; conhecimentos de primeiros socorros; atitude permanente de aprendizagem; polivalência e forte capacidade de adaptação; excelente poder comunicativo; domínio de algumas línguas; grande capacidade de organização; resistência física e psíquica; domínio de técnicas e recursos e muita criatividade, dinamismo e liderança.

Os mesmos autores definem o animador como tendo algo de ilusionista, algo de formador, algo de vendedor, algo de malabarista, algo de médico, algo de psicólogo, algo de apaziguador, algo de líder, algo de transformador de estados de espírito, algo de amigo e muito de mensageiro de felicidade.

1.4. Sector empresarial da animação

Neste quarto ponto, tendo como base o estudo de Costa realizado no ano de 2005, é possível afirmar que a estrutura empresarial das empresas de animação turística possui grandes repercussões tanto ao nível do negócio, tanto como na adequada definição da estratégia empresarial para o crescimento e desenvolvimento da empresa em si. Deste estudo depreendeu-se, também, que grande parte das empresas existentes em Portugal constitui micro empresas que detêm um volume de negócios médio anual de cem mil euros. Por outro lado, dado serem empresas cuja atividade depende fortemente do fator sazonalidade, denota-se um reduzido número de colaboradores em *full-time*, sendo que a maioria das empresas opta por colaboradores em regime de *part-time* (Costa, 2005). Da análise feita ao estudo de Costa (2005: 202), no que respeita às habilitações dos colaboradores, concluiu-se que “mais de ¼ das empresas de animação turística, têm pessoas com licenciatura na área do turismo, ou com curso técnico profissional de turismo”. Outro dado interessante que se pode realçar deste estudo, que caracteriza as empresas de animação turística, é que apenas 67% dos empresários destas empresas afirmam ser esta a sua principal atividade profissional, enquanto que, para praticamente 30% dos empresários incorporados neste estudo, estas empresas constituem uma atividade em *part-time*, tal como se pode constatar (cf. gráfico 1).

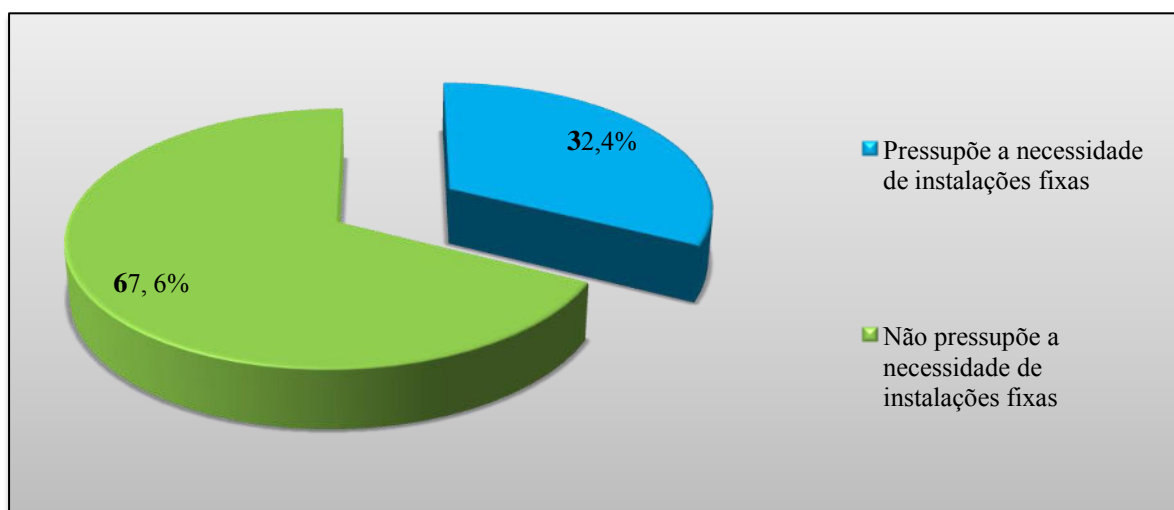
Gráfico 1 - Relativo à principal Atividade Profissional



Fonte: Costa (2005: 204)

Esta situação dificulta, de certa forma, o objetivo destas empresas crescerem e se desenvolverem num mercado bastante competitivo e à escala global. Em relação às estratégias empresariais utilizadas pelas empresas, as suas ações remetem, essencialmente, para o crescimento e desenvolvimento da empresa que poderá ser crescentemente em parcerias em rede para garantir a sua maior competitividade pelas sinergias entre intervenientes. Do estudo efetuado por Costa pode-se, ainda, salientar que a maioria das empresas deste subsector não possui instalações fixas para o decorrer das suas atividades, também devido aos custos inerentes.

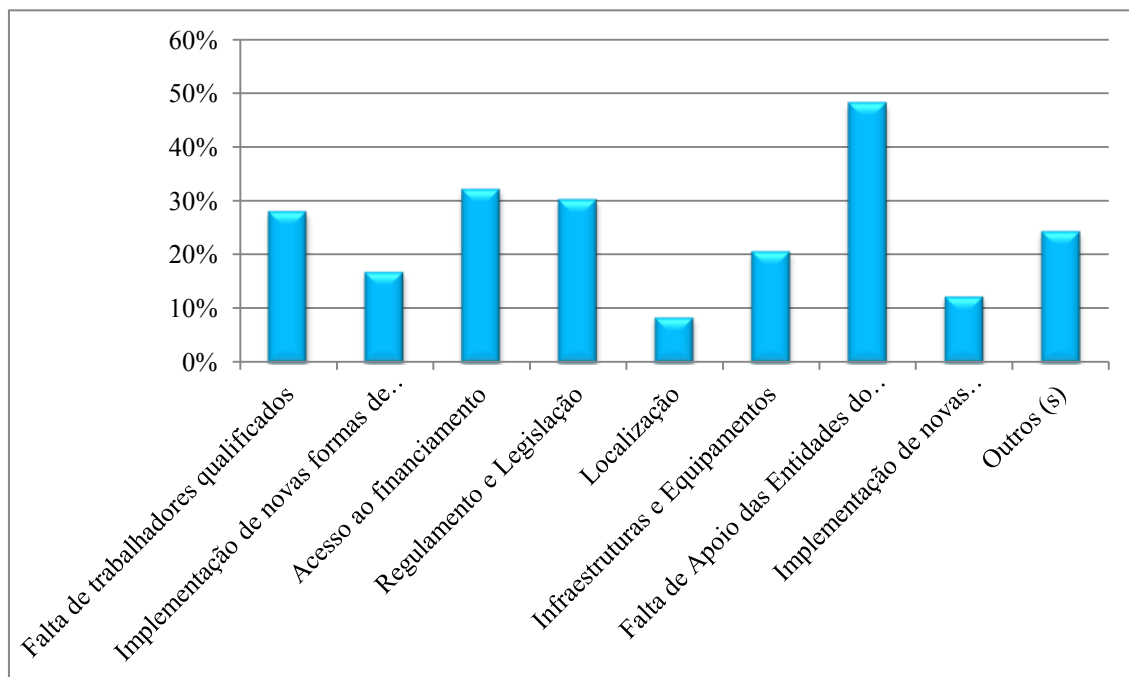
Gráfico 2 - Instalações para a atividade da empresa



Fonte: Costa (2005: 206)

No que concerne ao tipo de clientes que caracterizam este negócio, o autor deste estudo pôde apurar que grande parte são visitantes/turistas individuais ou em grupo, destacando-se de seguida os grupos de empresas, os grupos informais de amigos e por último, os grupos de escola. O autor salienta, também, as agências de viagens e turismo, que desempenham um papel de intermediário neste negócio. É importante referir também a questão dos constrangimentos do negócio, cujas respostas ao estudo mencionado revelaram como principais constrangimentos o financiamento, a falta de apoios das entidades do turismo, a legislação, a regulamentação e a falta de trabalhadores qualificados, entre outros constrangimentos.

Gráfico 3 - Principais constrangimentos do negócio



Fonte: Costa (2005: 213)

A listagem da RNAAT permite constatar um grande lapso, pois muitas empresas não identificam as suas atividades. Outro ponto a ter em conta, é que muitas dessas empresas poderão não estar ativas e outras poderão existir mas pertencerem a agências de viagens, e não constam desta listagem, uma vez que a nossa legislação contempla que as agências de viagens possam fazer diretamente trabalhos de animação turística, desde que estejam previamente autorizados.

1.4.1. Legislação da animação turística

O enquadramento jurídico da animação turística começou há cerca de uma dezena de anos, o que comprova que esta atividade é muito jovem e que ainda há muito a percorrer. Este enquadramento jurídico resultou do crescente número de empresas de animação, que têm sido criadas por todo o território nacional. Pelo Decreto Regulamentar nº 22/98, de 21 de Setembro, a animação turística passa a ser declarada de interesse para o turismo. Desta forma, tornou-se importante então definir as normas referentes às condições de acesso e exercício da atividade de animação turística, para salvaguardar os interesses dos turistas que usufruem deste serviço, prestado por empresas deste subsector da atividade turística, de modo a garantir a defesa e a proteção dos direitos dos consumidores.

Após consultadas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como as associações patronais do sector com interesse e representatividade na matéria, e ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decretou a lei geral da República (nº 204/2000 de 1 de Setembro) que visa regulamentar o acesso e o exercício da atividade das empresas de animação turística. No entanto, esta lei foi reformulada pelo Decreto-Lei nº 108/2002 de 16 de Abril, que altera os artigos 2º/4º/18º/20º e 21º.

O Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março estabeleceu o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, redefinindo o conceito de turismo de natureza e contribui para a dinamização do Programa Nacional de Turismo de Natureza.

O presente Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio decreto-lei, juntamente com o Decreto-Lei nº 39/2008, redefine o conceito de turismo de natureza, prevista no Programa do Governo. O reconhecimento de atividades de animação turística como turismo de natureza e a organização dessas atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas passam a estar isentos do pagamento de taxas específicas, anteriormente cobradas por cada área protegida em que as empresas pretendessem atuar. De acordo com o seu artigo n.º 6, do decreto-lei supracitado, este propõe o dever de informação, ou seja, antes da contratualização da prestação dos seus serviços, as empresas de animação turística e os operadores marítimo-turísticos devem informar os clientes sobre as características específicas das atividades a desenvolver, dificuldades e eventuais riscos inerentes, material necessário quando não seja disponibilizado pela empresa, idade mínima e máxima admitida, serviços disponibilizados e respetivos preços. Antes do início da atividade deve ser prestada aos clientes informação completa e clara sobre as regras de utilização de equipamentos, legislação ambiental relevante e comportamentos a adotar em situação de perigo ou emergência, bem como informação relativa à formação e experiência profissional dos seus

colaboradores. As empresas que desenvolvem atividades reconhecidas como turismo de natureza devem disponibilizar ao público informação sobre a experiência e formação dos seus colaboradores em matéria de ambiente, património natural e conservação da natureza. No mesmo Decreto-Lei, agora no artigo n.º 7, há uma focagem no desempenho natural, o que significa que, e de acordo com a lei, as atividades de animação turística devem realizar-se de acordo com as disposições legais e regulamentares em matéria de ambiente e, sempre que possível, contribuir para a preservação do ambiente, nomeadamente maximizando a eficiência na utilização dos recursos e minimizando a produção de resíduos, ruído, emissões para a água e para a atmosfera e os impactes no património natural. As atividades de animação turística realizadas em áreas protegidas devem, nomeadamente, observar os respetivos planos de ordenamento e cartas de desporto da natureza.

Ao longo destes 10 anos não podemos esquecer o papel fundamental da Associação Portuguesa de Animação Cultural e Turismo de Natureza e Aventura, fundada a 13 de Fevereiro de 2004, pelo seu empenho na defesa das empresas associadas e pelo seu árduo trabalho junto do Ministério da Economia e Inovação na criação de uma legislação condigna para as atividades de Animação Turística. Esta associação em 2007 fundiu-se com mais duas associações: a Associação Portuguesa de Organizadores Profissionais de Congressos e a Associação de Organizadores Profissionais de Eventos, tornando-se Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE), constituída por escritura pública em 17 de Janeiro de 2007.

Este breve enquadramento de conceitos no âmbito do turismo e da animação turística permite-nos adquirir uma perspetiva sobre a necessidade de qualificar profissionais para estes importantes sectores económicos, pelo que, de seguida, abordamos a problemática da formação tecnológica na área da animação turística.

Capítulo II - Formação em CET de Animação Turística

Os CET são formações pós-secundárias não superiores que visam conferir uma qualificação profissional de nível V. Têm por objetivo aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, ao mesmo tempo, permitem o prosseguimento de estudos, possibilitando a candidatura ao ensino superior, através dos concursos especiais de acesso.

2.1. Formação em CET

Ao serem analisados os dados relativos à taxa de desemprego do 2º trimestre de 2011, pode-se constatar uma percentagem maior de desempregados que não concluíram a escolaridade obrigatória. Denota-se aqui uma necessidade de especializar os nossos jovens, e não só, com o objetivo de lhes proporcionar ferramentas para o mercado de trabalho. Como podemos verificar é a nível do 3º ciclo que os candidatos têm maior taxa de desemprego, pelo que se pode concluir que uma especialização pode ser muito útil para a obtenção de um posto de trabalho.

Tabela 1 - Taxa de desemprego por género, grupo etário e nível de escolaridade

Género	Grupo Etário	Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral						
		Período de referência dos dados						
		2.º Trimestre de 2011						
		Portugal						
		Total (%)	Nenhum (%)	1ºCiclo (%)	2º Ciclo (%)	3º Ciclo (%)	Secundário e pós-secundário (%)	Superior (%)
HM	Total	12,1%	11,4%	11,3%	14,1%	15,0%	11,9%	8,1%

Fonte: INE (2011)

A crescente necessidade de quadros intermédios, capazes de assumir condutas pró-ativas em relação aos desafios de um mercado de trabalho ávido de desenvolvimento científico e tecnológico, exige uma política de estruturação da oferta formativa adequada a estas novas exigências. Os CET foram criados para dar resposta a estas necessidades, como alternativas válidas para a profissionalização de técnicos especializados, com uma formação técnica de alto nível, resultando numa qualificação que inclui conhecimentos e capacidades de nível superior,

adquirindo capacidades e conhecimentos que permitam, através deles assumir, de forma autónoma e independente, responsabilidades de conceção e ou direção e ou de gestão.

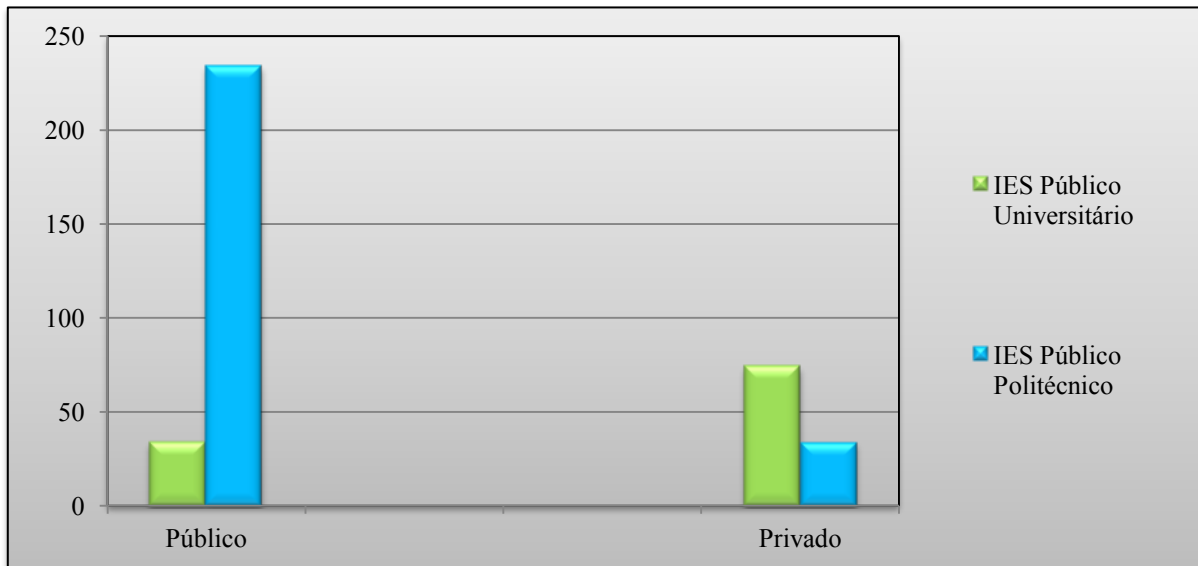
2.2. Âmbito dos CET

A complexidade crescente dos produtos turísticos, a procura cada vez mais exigente, criou a necessidade de proporcionar uma formação em técnicas e gestão turística cujo desenho articule toda a variedade de disciplinas necessárias à formação de profissionais qualificados e aptos a gerir os desafios e desempenhar funções técnicas. O técnico, assim especializado, desenvolve a sua atividade com os mais diversos públicos. Para tal deve possuir competências que lhes permitam flexibilizar o seu trabalho e adequá-lo às diversidades e gostos do público e às novas exigências do sector do turismo. A aquisição, ao longo da formação, de ferramentas que lhe permitam desenvolver as capacidades necessárias ao seu desempenho é de suma importância de forma a poder adquirir uma formação de qualidade.

Os CET são definidos no Despacho Conjunto n.º 603/2003 dos Ministérios da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Segurança social e do trabalho, como formações pós-secundárias não superiores a desenvolver na mesma área ou em área de formação afim àquela em que o candidato obteve a qualificação profissional de nível III e estruturam-se em componentes de formação sociocultural, científico-tecnológica e formação em contexto de trabalho. Visando conferir qualificação profissional de nível IV, de acordo com a Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, a partir de 1 de outubro de 2010, numa escala de 1 a 8. Pretendendo aumentar as aptidões e qualificações dos portugueses, potenciando a criação de novas oportunidades e promover quer o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradora de maior competitividade com coesão social (Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio).

Segundo a edição da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), de dezembro de 2010 a setembro de 2011 existiam 420 CET registados, sendo que, 71% dos registados pertenciam a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 29% a Instituições de Ensino Superior privadas; pertencendo 53% dos CET à área das tecnológicas. No entanto, só 263 CET estiveram em funcionamento, sendo 79% em Instituições de Ensino Superior Públicas e 21% em IES privadas. Salienta-se que 49% dos CET pertenciam à área das tecnológicas, 19% às áreas de Economia, Gestão e Contabilidade. No gráfico 4 podemos ver o número de CET registados até 28 de janeiro de 2010.

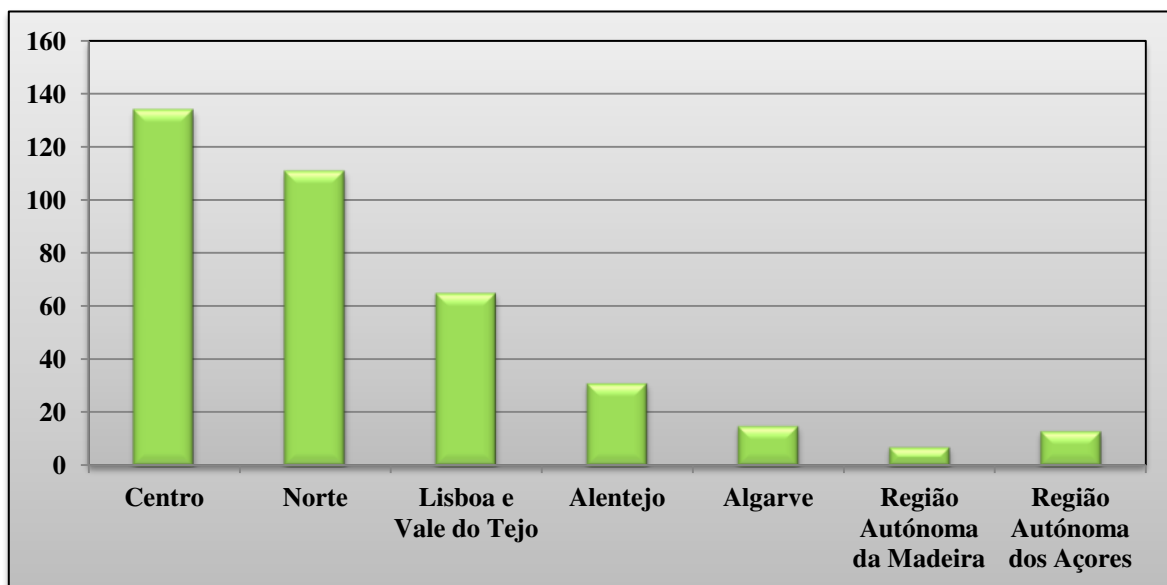
Gráfico 4 - Distribuição do número de CET registados



Fonte: DGES (2010)

No gráfico 5 podemos ver o número de CET registados até 28 de janeiro de 2010 por região geográfica. Neste gráfico podemos constatar que é a região Centro, onde se concentram mais cursos CET. Isto pode ser considerado como indicador das necessidades de formação desta região e adaptação à realidade.

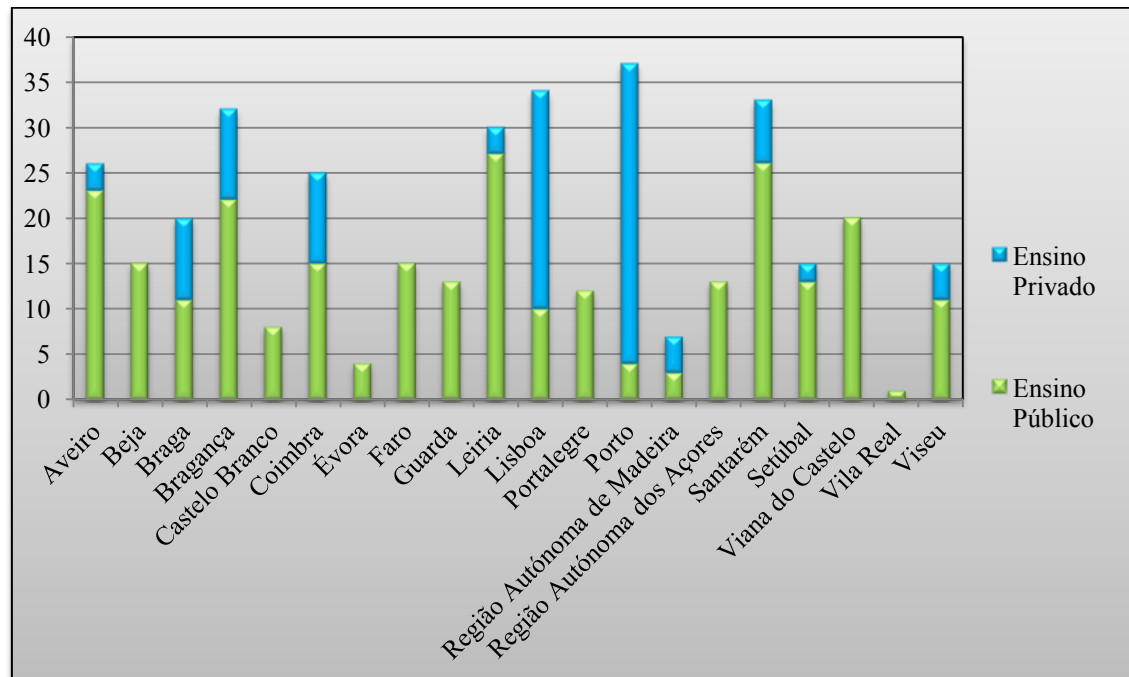
Gráfico 5 - Distribuição do número de CET registados por região geográfica



Fonte: DGES (2010)

Verifica-se a existência de vários cursos CET nas diversas cidades do continente e nas regiões autónomas no gráfico 6.

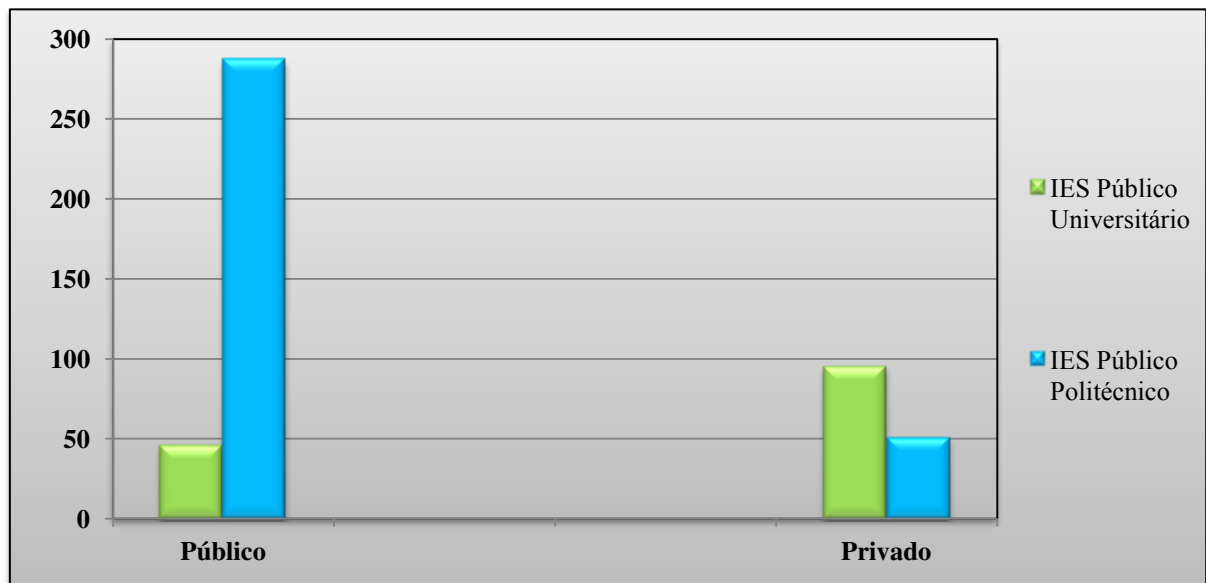
Gráfico 6 - Distribuição do número de CET registados por distrito



Fonte: DGES (2010)

Da análise do gráfico 7 salienta-se que a maioria se encontra disponível no ensino público. Nas grandes metrópoles existe uma maior incidência de CET no ensino privado. Estes dados demonstram uma aposta cada vez maior na formação tecnológica.

Gráfico 7 - Distribuição do número de CET registados por subsistema



Fonte: DGES (2012)

No mês de junho de 2012, foi divulgada pelo DGES uma atualização dos CET registados, avançando com uma oferta formativa superior à apresentada no Gráfico 5, sendo esta para o próximo ano letivo. No gráfico 7 verifica-se um aumento do número total dos cursos CET sendo o valor dos registados atualmente (2012) de 479 contrastando com os números de 2010 que eram de 420 cursos CET registados. Estes dados resultam do aumento da necessidade de existência de quadros intermédios assim como a importância que estes têm vindo a desenvolver como formação de qualidade (cf. Anexo 1 e 2).

Capítulo III - Caracterização da Região Centro

Este capítulo surge da necessidade de contextualizar duas Escolas Superiores pertencentes à região supracitada, nomeadamente a Escola Superior de Turismo e Hotelaria e a Escola Superior de Turismo e Mar de Peniche. Os planos curriculares dos cursos de CET nesta área da animação turística das escolas supracitadas foram a base para a iniciação e concretização do presente trabalho, daí que a sua importância geográfica seja de realçar a região Centro e depois a Serra da Estrela.

3.1. Região Centro

A Região Centro é uma região estatística NUT II em Portugal Continental, esta conta com uma superfície de 28.198,70 km², o que representa cerca de 30,6% do território português (INE, 2003). Encontra-se dividida em 12 sub-regiões (NUT III): Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo que abrangem 100 municípios, onde se incluem 36 cidades e 1334 freguesias. No ano de 2002, a Região do Centro tinha apenas 10 sub-regiões, tendo a situação sido alterada com a transferência das sub-regiões de Oeste e Médio da região (NUTS II) de Lisboa e Vale do Tejo para a Região Centro.

Com um total de 2.376.609 habitantes em 2004, a Região Centro apresenta uma densidade populacional, 84,3 hab/km², abaixo do valor médio nacional (114,3 hab/km² em 2004) e abaixo do valor médio da Europa (EU 25). Esta situação está associada à existência de duas zonas distintas de povoamento, o interior montanhoso, fracamente povoado e o litoral plano, onde se tem concentrado a população. O interior, com montanhas, corresponde à parte portuguesa da Cordilheira Central Ibérica, compreendendo serras como a Serra da Estrela (ponto mais alto de Portugal Continental), a Serra da Gardunha, a Serra da Malcata, a Serra do Açor e a Serra da Lousã.

A Região Centro possui ainda outras zonas montanhosas como as Serras do Caramulo, do Buçaco e de Montemuro. A costa litoral, mais densamente povoada, congrega mais centros urbanos. A Região inclui sub-regiões com elevadas densidades populacionais (como por exemplo o Baixo Vouga ou Baixo Mondego), bem superiores à média nacional e, no outro extremo, zonas com densidades populacionais abaixo da média nacional (como as sub-regiões Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul).

Esta Região encontra-se posicionada entre as duas metrópoles do país: Lisboa (Região de Lisboa, NUT II) e Porto (Região do Norte, NUT II), que sobre ela exercem forças de atração fortes. Esta posição geográfica permite e contribui para que a Região Centro possua intensas relações inter-regionais que, de algum modo, também fragilizam as suas relações inter-regionais.

Hoje assistimos a uma definição de estratégias regionais que vão no sentido da criação de infraestruturas que apoiem a articulação dos vários sistemas territoriais urbanos e seus sistemas de produtividade locais com uma lógica de complementaridade no acesso aos equipamentos e às infraestruturas produtivas e sociais. O posicionamento geográfico da Região tem por isso claros efeitos na sua coesão interna e nos seus relacionamentos económicos, sociais e demográficos, resultando numa região de grande diversidade territorial e produtiva, em que vários sistemas urbanos, organizados em torno de cidades de médias dimensões que coexistem e se interligam, com uma tendência estruturalmente regional.

Com um total de 1.277,7 milhares de pessoas empregadas em 2004, a Região Centro representa 25% da população ativa portuguesa. Por isso, não é de surpreender que seja a região com maior Taxa de Atividade (Activity rate), 56,4% (INE, 2004), sendo consequentemente a região com a taxa de desemprego mais baixa de Portugal Continental, com um valor de 5,2% (INE, 2005), inferior à média nacional (7,6%), e consequentemente inferior à média europeia (8,9%) (INE, 2005).

No que respeita às acessibilidades, a Região Centro é, como muitas outras regiões Portuguesas e Espanholas, considerada como periférica (variando de muito periférica e extremamente periférica conforme o tipo de acesso). No espaço nacional, a sua posição geográfica central dá a Região do Centro uma localização estratégica nas ligações entre o Norte e o Sul do País e no acesso à Europa. Na verdade, a Região Centro joga um papel central na articulação dos sistemas de transportes ao nível nacional e também ao nível internacional, graças aos acessos terrestres privilegiados para Espanha. A existência de um “eixo terrestre” Galego-Português, reforça a sua ligação com o norte do país e a Região da Galiza e promove a centralidade da Área Metropolitana do Porto. Possuindo diversos eixos terrestres diagonais e transversais estruturantes (por exemplo: A23, A24, A25, IP3, IP5), articula ligações que se estabelecem entre o litoral e o interior e entre Portugal e Espanha.

Portugal é conhecido pelo fácil acesso ao mar, traduzido em cinco Portos Marítimos Principais e cinco Secundários. A Região Centro acolhe um destes portos principais, em Aveiro e um porto secundário na Figueira da Foz. Além destes, a Região possui também dois importantes portos

piscatórios: Peniche e Nazaré. Estas condições serão ainda mais favorecidas com a reestruturação e desenvolvimento do Porto de Aveiro, em curso, que envolve a construção de vários terminais com todas as infraestruturas tecnológicas e que incluirá, numa fase seguinte, uma ligação para uma estação ferroviária multimodal em Cacia, Aveiro. A região Centro compreende, integralmente os distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, a maior parte dos distritos de Viseu, Aveiro e Guarda, e cerca de um terço do distrito de Santarém. Na Figura 4 pode analisar-se a importância das áreas protegidas a nível nacional e da região Centro.

Figura 4 - Espaços Protegidos no Contexto de Portugal Continental e da Região Centro

	Área RNAP (%)	Área Rede Natura 2000 (%)	Nº Espaços Protegidos	Nº Espaços RNAP	Nº Espaços Rede Natura 2000
País	8,15	17,73	104	44	60
Região Centro	7,31	13,52	27	9	18

Fonte: ICN, in Cunha (2004)

3.1.1. Caracterização da Paisagem

As paisagens singulares da Região Centro, devido às características diversificadas que possuem, devem ser objeto de valorização enquanto recursos do património geomorfológico. Estas devem ser vistas enquanto elementos ativos da vertente cultural, devendo ser ativos de elevado valor para as atividades de lazer e turismo. Segundo Cunha (2004), este tipo de património, a par do biológico, do património geológico ou do património hidrológico, enquadra-se no âmbito do Património Natural e consequentemente, assim deve ser entendido e considerado, nomeadamente ao nível da definição de estratégias de preservação e de promoção. No seguimento do que foi explanado anteriormente, apresenta-se um mapa estes espaços naturais estão inseridos na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e na Rede Natura 2000¹ na Região Centro.

¹ A rede Natura 2000 é uma rede ecológica estabelecida no espaço comunitário europeu, resultando da aplicação das Diretivas 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva Habitats). Esta rede tem como principais objetivos “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados membros em que o Tratado é aplicável”. A sua transposição para o direito nacional fez-se por intermédio do Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril. A rede Natura 2000 conta, em território português, com 60 sítios classificados, cobrindo uma área superior a 15700Km2 (17,73% de Portugal) mais do dobro da ocupada pelas Áreas da RNAP.

Morfológicamente, este grupo de unidades de paisagem constitui “um vasto plano drenado quase todo pelo sistema do Mondego” (Ribeiro, 1993)³, mas também pelo Vouga e Douro, onde se incluem várias serras (Montemuro, Freita e Arada, Caramulo, Bussaco, Leonil e Lapa), zonas mais ou menos onduladas e vales bem expressivos (Paiva, Vouga, Dão e Mondego). A riqueza geológica não se cinge só à Serra da Estrela, seguindo as formas graníticas desta serra, podemos mencionar a Serra de Montemuro, as Serras de Freita e Arada e a Área de Carregal do Sal. Quanto às formas cársticas, Serra de Aire e Candieiros e Sicó e Alvaiázere; formas glaciárias, Serra da Estrela; formas litorais, as Dunas de S. Jacinto e as Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas. Devemos referenciar, também, o ambiente fluvial, representado pelos Parques Naturais do Douro Internacional e do Tejo Internacional, bem como, as vertentes xistosas destes dois rios. O ambiente litoral é representado pela Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto e as outras zonas Húmidas pela Reserva Natural do Paul de Arzila. O subsolo é muito rico, registando-se explorações de quartzo, feldspato, estanho, volfrâmio, urânio e cobre. Outra das riquezas é a abundância de fontes de água de nascente e águas minerais naturais.

Na zona litoral, poderemos salientar os sapais e os prados marinhos, habitats muito importantes nos estuários, pois devido à sua arborização, assumem especial interesse para a nidificação de aves de maior porte, nomeadamente as aves de rapina. Nas dunas de S. Jacinto, dominam o junco-das-esteiras (*juncus maritimus*), a morraça (*spartina maritica*) e o Sirgo (*Zostera noltii*), espécies também características da Ria de Aveiro, tal como na generalidade dos estuários portugueses. Os mamíferos, como a raposa, o texugo, a doninha e o coelho, encontram também condições ideais nestes habitats arborizados periféricos. Piscos ou chapins, garças, patos, Águia e andorinhas-do-mar, também podem ser observados (*ibidem*).

3.1.1.1. Legislação das Áreas Protegidas

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais direccionadas para o desenvolvimento sustentável destas áreas, que no caso particular do turismo visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística.

³ Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, vol. III, F a J. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa. P.9.

Sendo a Região Centro, a zona de Portugal onde se encontra um maior aglomerado de zonas protegidas, com a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza foi introduzido um ajustamento na exploração destas áreas ao nível do Turismo, ao nível do Diário da República.

Assim, no conselho de Resolução de Ministros nº. 112/98, foi celebrado um protocolo entre o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente, em 12 de março de 1998, com o objetivo de implementar o Programa Nacional de Turismo de Natureza. De acordo a Resolução de Ministros supracitada, vários pontos foram designados, sendo que se consideram, para o presente trabalho, mais pertinente de ser mencionados os seguintes princípios definidos:

- a) os projetos de atividade turística devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável, garantindo a utilização dos recursos não comprometa o seu usufruto pelas gerações futuras;
- b) as atividades turísticas, em casa Áreas Protegidas, devem respeitar os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são interditas ou condicionadas;
- c) a localização das atividades e instalações turísticas deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidade de carga do meio natural e social;
- d) a tipologia de empreendimentos e de atividades turísticas, para cada Áreas Protegidas, deverá ser previamente definida, tendo em conta a capacidade de carga dos diferentes ecossistemas, garantindo seu equilíbrio e perenidade;
- e) os projetos turísticos devem ser ambientalmente responsáveis, designadamente através da adoção de tecnologias não poluentes, poupança de energias e de recursos essenciais como a água, reciclagem e reutilização de matérias-primas ou transformadas e formas de transporte alternativo e ou coletivo visando uma maior eficácia energética;
- f) devem ser estabelecidos programas de monitorização relativamente à visitação nas áreas protegidas, de modo a ajustar eventuais disfunções e introduzir formas compatíveis de atividades turísticas;
- g) os objetivos de conservação de cada Área Protegida devem ser claramente entendidos por todos os intervenientes, através do estabelecimento de parcerias entre a população local, a atividade turística e outras organizações interessadas;
- h) os conceitos de turismo sustentável e de turismo e de turismo de natureza devem ser desenvolvidos e incorporados nos programas educacionais e de formação dos profissionais de turismo;
- i) a promoção do turismo nas Áreas Protegidas deverá obedecer a uma óptica de sensibilização dos visitantes para o respeito pelos valores que cada área encerra;

- j) os planos de ordenamento do território, no âmbito das Áreas Protegidas, devem complementar a criação de sistemas de gestão e planeamento que garantam um desenvolvimento turístico sustentável.

Assim, nos termos da alínea g)⁴ do artigo 199º. da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

- a) criar o Programa Nacional de Turismo de Natureza, adiante designado por PNTN, aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a promoção e afirmação de valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação «Turismo de Natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados;
- b) o Turismo de Natureza pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais;
- c) o enquadramento jurídico do turismo de natureza será efetuado através do decreto-lei e respetivos diplomas regulamentares, nos quais se estabelecerá, designadamente a definição e a regulamentação das modalidades «casas de natureza», «atividades de animação ambiental», a sua instalação e funcionamento;
- d) o regime relativo aos «guias de natureza» será estabelecido em diploma regulamentar próprio.

Em desenvolvimento das presentes Resoluções e ao abrigo da Portaria nº651/2009 de 12 e junho, foi elaborada uma Declaração de Adesão ao Código de Conduta (cf. Anexo 3), na qual as entidades que prestam serviços em Áreas Protegidas, se encontram obrigadas a assumir um compromisso de Responsabilidade e Boas Práticas Ambientais.

Na mesma Resolução supracitada no ponto 10⁵ alínea f)⁶, há a indicação de que as ações de formação a serem desenvolvidas para/dos guias de Natureza seriam financiadas para o ano de 1999, pelo Instituto Nacional de Formação Turística, algo que passados vários anos (13 anos)

⁴ Praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades coletivas.

⁵ Acompanhamento e controlo de execução do Plano Nacional de Turismo Natureza;

⁶ As ações de formação dos guias de natureza serão financiadas, para o ano de 1999, pelo Instituto Nacional de Formação Turística.

algo que continua a carecer de carácter normativo. Este fato desenvolveu uma lacuna ao nível da formação de técnicos especializados com aptidões e competências para atuar em áreas protegidas específicas, como é o caso da Área Protegida da Serra da Estrela.

3.2. Património edificado e cultural

A cultura não pode ser pensada isoladamente, não se pode conceber a cultura sem todas as outras componentes que lhe são intrínsecas. Está profundamente ligada à Educação, não apenas na componente pedagógica mas também na componente de investigação, ao mesmo tempo que se interliga ao Lazer e às suas componentes de entretenimento e Turismo. Como podemos observar, a UNESCO - 31 C/4 “(...) Elemento essencial das identidades, o património cultural torna-se rapidamente um fator determinante quer do crescimento económico, quer coesão social. Ele tem um papel cada vez mais importante, nomeadamente no que respeita aos jovens aos quais permite a compreensão do que são, donde vêm e qual o sentido da sua vida. Os monumentos, os lugares e os sítios, as obras de arte e os objetos do património, mas também as línguas, os costumes, as praticas comunitárias e as técnicas tradicionais são elementos constitutivos da identidade que dão um sentido à vida, quer seja no plano local, nacional ou regional. A noção de património cultural, em si mesma, tomou um sentido mais lato de modo a integrar as paisagens culturais, as tradições culturais vivas e os valores simbólicos e espirituais (...)”

O património histórico e arquitetónico assim como a identidade cultural da Região Centro caracteriza-se por heranças histórico-culturais de diferentes tempos e civilizações. Lusitanos, Romanos, Visigodos e Árabes deixaram marcas da sua vivência nesta região, como o atesta o vasto e diversificado património histórico e arquitetónico disseminado por todo o território.

Também dispõe de um conjunto museológico assinalável devotado à arte sacra e à história de arte, à ciência, e à etnografia regional, alguns dos quais estão integrados na rede nacional de museus. A este património construído, acrescenta-se um conjunto diversificado de produtos gastronómicos, desde as receitas tradicionais aos produtos locais, bem como alguns produtos artesanais com elevada qualidade, alguns dos quais certificados ou com denominação de origem, que são representativos da cultura, da memória e do saber-fazer das gentes da Região Centro e que constituem uma marca diferenciadora da sua identidade.

Estes recursos patrimoniais e culturais, associados ao território, encerram um importante potencial a explorar para o desenvolvimento turístico da Região, para a dinamização da base económica local e para a diversificação da economia regional, sendo ainda um importante atributo para a afirmação da identidade regional no exterior. Importa, por isso, valorizá-los, quer

através da inovação nos produtos e nos processos de comercialização e marketing, quer através da criação de redes que, articulando territórios, recursos, produtos e equipamentos, permita ganhar massa crítica e favorecer economias de escala, potenciando novas oportunidades de negócio geradoras de emprego e de rendimento e promovendo uma maior integração dos espaços sub-regionais.

3.2.1. Bens imóveis de interesse internacional: Património Mundial

Dos sítios portugueses considerados pela UNESCO como Património Mundial (PM) na Região Centro insere-se o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, no Concelho da Batalha; o núcleo de Rupestre da Faia, que se entende por Cidadelhe; no concelho de Pinhel, e Vale de Alfonsinho, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, encontra-se no conjunto dos sítios arqueológicos do Vale do Côa, estando também abrangido pela classificação de Património Mundial. A zona Nordeste da Região Centro recebe ainda a influência da Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro e nela se encontra também incluída uma parte do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Mais recentemente estão incluídos nesta Região Centro o Convento de Cristo em Tomar e o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, dado o seu alargamento no âmbito geográfico.

3.3. Serra da Estrela

A Serra da Estrela tem um grande potencial para se afirmar como destino turístico relevante a nível nacional e internacional. Fatores como a diversidade dos recursos naturais, a riqueza paisagística, a geologia, o clima favorável para a prática de desportos de natureza, a gastronomia, o Parque Natural da Serra da Estrela e a beleza arquitetónica e cultural, são atrações suficientes que podem ser apontadas para evidenciar o potencial que a região tem a nível turístico. Ao aprofundarmos a sua caracterização como destino turístico, será pertinente analisar 3 perspetivas: atrativos e recursos turísticos; a oferta e a procura.

3.3.1. Atrativos da Serra da Estrela

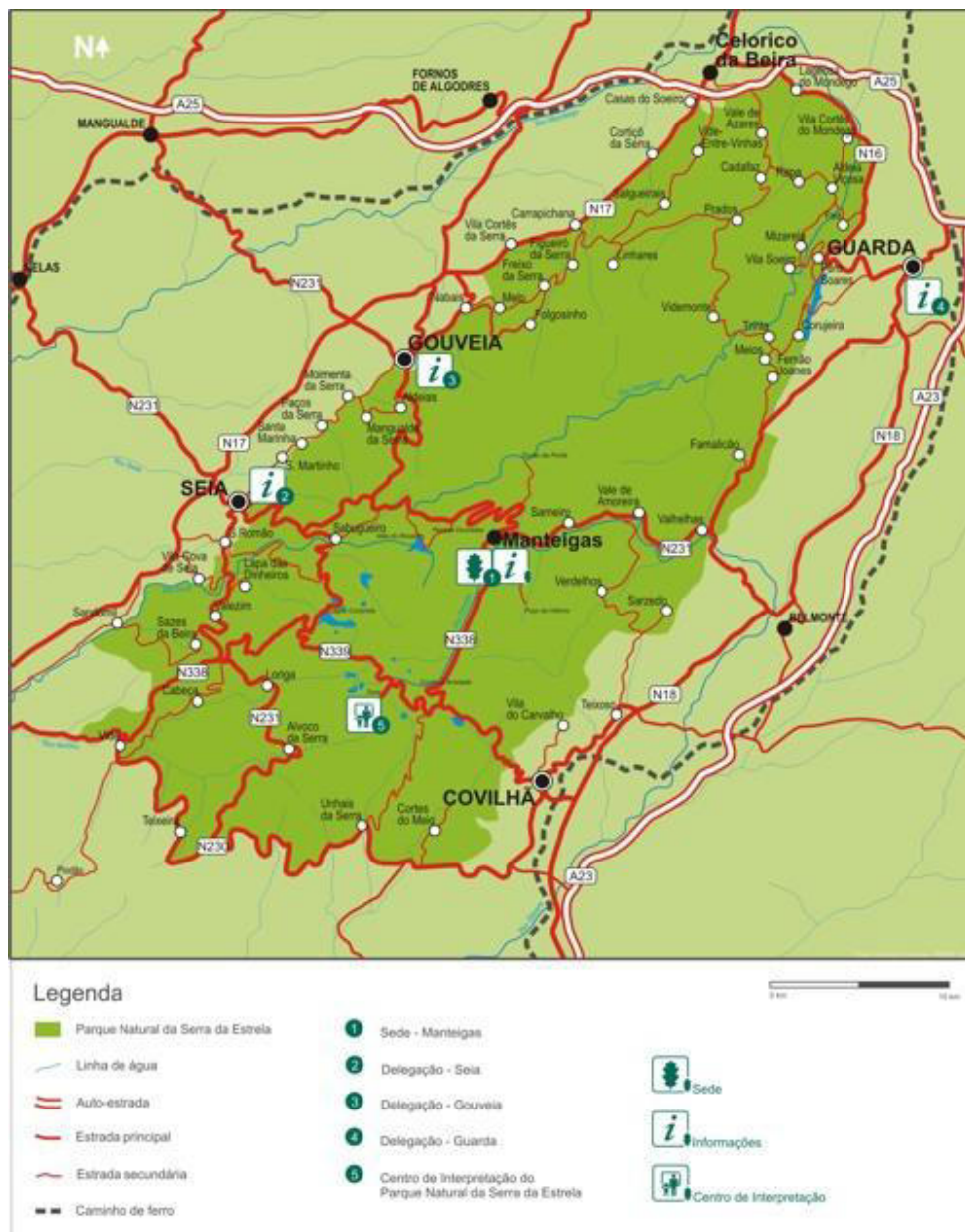
Na zona interior da região centro, caracterizada pela sua elevação, sobressai a região da Serra da Estrela, que apresenta características geológicas, orográficas e edafo-climáticas específicas, em três zonas distintas: o andar basal, até 800 metros de altitude, o intermédio entre os 800 e os 1600 metros, e o superior, acima dos 1600 metros, em que podemos diferenciar as formações e a vegetação que lhes está associada. Existem diferentes tipos de habitats naturais de interesse comunitário, constantes no anexo BI do decreto-lei nº 140/99 de 24 de abril (Diretiva habitats: 92/43/CEE, anexo I), cuja conservação é importante, exigindo a criação de zonas especiais de conservação. Podem ser identificados dezassete endemismos florais, dos quais, sete

portugueses, oito ibéricos e dois europeus. Das espécies a proteger podemos destacar a argençana-dos-pastores, espécie vegetal de interesse comunitário que exige uma proteção rigorosa, o teixo, o zimbro-rateiro, o vidoeiro, o narciso-trombeta, a tramazeira e a fava-de-água. Existem espécies animais ameaçadas, como a lagartixa-de-montanha, e outras, pelo carácter montanhoso e de difícil acesso, mantém aqui populações mais ou menos estáveis, como a lagartixa-ibérica, a raposa, a lontra, o javali, o texugo, o gato-bravo, a toupeira de água, e a famoso cão da serra (ICNB, 2012).

A sua diversidade natural apresenta-se como o principal atrativo para a procura turística, principalmente quando as condições climáticas autorizam a queda de neve e consequentes práticas desportivas. Os recursos culturais também são abundantes, tais como vários vestígios arqueológicos, castelos, igrejas, museus, pelourinhos e solares podem ser encontrados um pouco por toda a região. Não nos podemos esquecer da gastronomia e do artesanato. De facto o artesanato, tem se afirmado como um fator complementar de grande interesse, incluindo a produção de produtos alimentares (queijos, licores, enchidos, mel e o pão), utilitários domésticos (almofadas confeccionadas em tear mecânico, tapetes e colchas), e diversos artigos confeccionados em lã (ICNB, 2012). Por ser detentora de todo esse património natural e cultural a região da Serra da Estrela foi agraciada em 1976 com a criação de um Parque Natural, designado respetivamente por Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), pelo Decreto-lei nº 557/76 de 16 de Julho. Este decreto-lei classificou o maciço da estrela como Parque Natural, referindo tratar-se de um território com características económicas de montanha, em que subsistem refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional. Estas considerações, associadas ao reconhecimento da elevada sensibilidade da área e da grande procura turística, estiveram na base da criação do PNSE (Barbosa e Henriques, 2006).

A 5 de Julho de 2000, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, a Serra da Estrela foi ainda inserida, como sítio classificado, na Rede Natura 2000. O Parque envolve freguesias dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Seia e Manteigas, o único integrado totalmente na área do parque. A sua delimitação é realizada em função de critérios de natureza física e de recursos naturais. Por este motivo os limites dos concelhos que o integram não coincidem com os limites do Parque.

Figura 6 - Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela



Fonte: ICNB, 2012

3.3.2. Oferta turística na Serra da Estrela

O turismo desta região ainda se apresenta como uma atividade económica de pouca relevância, comparando dos 273804 estabelecimentos hoteleiros em todo o país, só 38605 se encontram na região centro (INE, 2009).

A região Serra da Estrela ainda se encontra numa fase de exploração, pois ainda se deparam algumas falhas em termos de infraestruturas e de equipamentos turísticos. Na realidade, esta região não conseguiu tirar partido do seu património-cultural e natural, afirmação a sua

notoriedade, como fonte de atração, podendo usufruir deste património ao longo de um ano e não sazonalmente. Um dos indicadores que podemos utilizar para comprovar, é a estada média dos turistas naqueles municípios que oscilava entre 1,6 noites e as 1,9 noites por estadia (INE, 2010).

A área de estudo possui um leque diversificado de serviços. Ao nível da restauração, a Serra da Estrela apresenta uma oferta alargada de estabelecimentos, e no que se refere equipamentos de lazer a região também oferece um leque de atividades nomeadamente relacionadas com percursos turísticos pedestres ou motorizados, montanhismo, parapente, pesca, ciclismo e desportos náuticos.

Capítulo IV - Metodologia

Este trabalho foi iniciado a partir de um interesse pessoal com vista a estudar e a entender melhor o estado de arte da animação e das empresas de animação turística, com vista a interpretar a verdadeira importância da formação dos profissionais deste importante sector do turismo, como forma de implementar e incentivar uma melhoria constante da qualidade. As funções de docente na Escola Superior Turismo e Hotelaria e de proprietária de uma empresa de animação na região Centro, a Agarraventura, deparei-me com algumas barreiras ao nível dos recursos humanos para o desenvolvimento das funções da empresa. Também verifiquei ao nível da docência, no curso de Gestão de Animação Turística, no qual leciono as unidades de formação de Animação Turística e de Projeto de Animação, uma certa lacuna relativamente à adaptação deste Curso às necessidades de formação existentes na região onde se insere.

4.1. Objetivos do estudo

Os seguintes objetivos foram desenvolvidos para o presente estudo, nomeadamente com o intuito da sua estruturação como trabalho académico: desenvolver um CET que colmate as necessidades de qualificação existentes na região onde se insere; analisar as diversas vertentes dos recursos turísticos da região e a melhor forma de os preservar e valorizar turisticamente; compreender quais são as disciplinas e as unidades de formação com maior importância para a formação de um animador.

4.2. Problemática

O problema equacionado neste trabalho permite verificar se existe necessidade de desenvolver planos curriculares de CET adequadamente adaptadas às regiões onde se inserem. E, neste caso, partindo do conhecimento geral da região Centro e, especificamente, da região da Serra da Estrela, apresentar uma proposta fundamentada de curso de carácter tecnológico que responda eficazmente às necessidades profissionais existentes no mercado de trabalho deste sector da animação turística. Assim, procurou-se junto de dois grupos de inquiridos saber qual a perspetiva deles com vista a interpretar uma definição mais completa das competências do animador turístico.

4.3. Metodologia

Tendo como base a revisão da literatura específica da temática e os objetivos do presente estudo, procurou-se utilizar técnicas e métodos de pesquisa que permitissem a descrição de dados e a sua comparação, sendo o mais adequado neste caso o estudo descritivo-comparativo, que consiste na descrição de semelhanças e diferenças entre dois ou mais grupos.

A técnica de amostragem utilizada foi não probabilística, pois foi uma escolha intencional da população de coordenadores de curso e responsáveis de áreas protegidas do território nacional, que permitiu ter uma amostra de respondentes com as características específicas procuradas na população (Fortin, 2006). Porém, neste estudo não se tem uma amostra de grande dimensão, que é menor do que o inicialmente previsto visto não ter recebido todos os inquéritos enviados, nem mesmo houve contatos possível por telefone com elementos de um dos grupos, o dos coordenadores de curso. Desta forma, consideramos os resultados modestos e com algumas limitações na informação recebida e tratada.

A utilização de instrumentos de trabalho num determinado estudo deve ser realizada de acordo com o problema que se está a estudar. Os instrumentos em investigação podem ser considerados essenciais pelos investigadores para recolher informação da qual necessitam para a realização do seu trabalho, que estejam associadas às suas capacidades de relações interpessoais e às suas competências pessoais e sociais com o objetivo de concretizar as várias etapas da investigação de modo isento e científico. Assim, o instrumento utilizado no presente estudo foi o inquérito por questionário, que foi especificamente elaborado pela investigadora para recolher dados para o estudo em apreço. Este instrumento é composto por dois conjuntos de questões abertas (caracterização turística e formação em CET) e dois conjuntos de questões fechadas (conteúdos curriculares em CET e caracterização do inquirido), nos dois casos de questionários, com o intuito de ajudarem a responder às questões de investigação (cf. Anexo 4 e 5). Este inquérito foi enviado e distribuído via internet. Após o primeiro envio reencaminhou-se um lembrete a solicitar o contributo do inquirido. Para realizar a presente investigação foram assim enviados emails a todos os participantes selecionados, pedindo-lhes que respondessem ao questionário enviado, por serem a base para a recolha de dados primários do estudo e seu posterior tratamento para responder às principais questões levantadas. A recolha de dados decorreu entre os meses de abril e maio de 2012.

O presente estudo possui um suporte em trabalhos académicos anteriores notáveis sobre o âmbito da animação turística, que além de facilitar a recolha bibliográfica, também permitiu

uma caracterização anterior da realidade existente no sector pela análise dos estudos realizados por Almeida (2003) e Costa (2005), nos quais os autores retratam a sua investigação sobre o turismo e a animação turística em Portugal.

Todos os inquiridos foram informados acerca dos objetivos e do procedimento da investigação, da garantia do anonimato, da confidencialidade e do acesso aos resultados. Também foi salientado que a participação neste estudo era livre, sendo no entanto estimulados para a sua possibilidade de participação. Depois da recolha dos dados, de seguida procedeu-se à análise dos mesmos através do programa SPSS versão 18.0. Salienta-se que os dados recolhidos foram tratados informaticamente de forma a salvaguardar a identidade dos participantes e dos dados fornecidos. Assim, os dados obtidos foram submetidos ao tratamento estatístico, sendo que primeiramente se realizou a análise descritiva dos dados usando frequências e médias, que permitiram a recolha de informações com o intuito da descrição das mesmas.

4.4. Caraterização da amostra

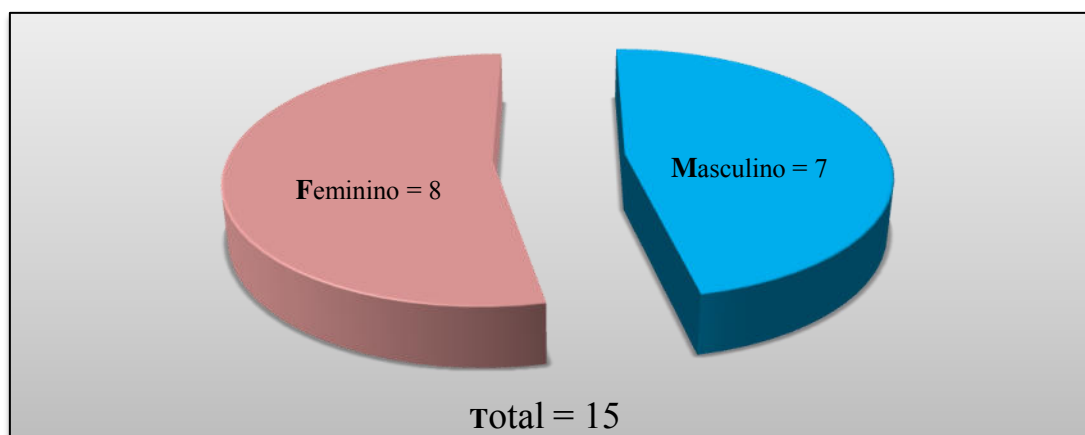
A definição da população ou de uma amostra dessa população constitui um passo metodológico relevante para auscultar os intervenientes essenciais no processo de desenvolvimento de qualificações profissionais na área da animação turística. Assim, no próximo capítulo apresentamos os dados relativos às nossas duas amostras.

Capítulo V - Análise e discussão de dados

Para a realização deste capítulo, no qual se apresenta a análise e a interpretação dos resultados obtidos, para depois se estabelecer a relação com a literatura consultada, criou-se uma base de dados através do programa SPSS versão 18.0, a qual permitiu a organização nominal dos componentes e itens. Nesta base de dados, organizaram-se os dados de acordo com a teoria, com o intuito de tornar a sua leitura e análise o mais simples possível, tanto para o investigador como para os futuros leitores do presente trabalho. Assim, na base de dados foram lançados os dados que permitem a caracterização dos indivíduos que compõem as amostras.

À população inquirida (via email) realizou-se o envio de um total de 82 questionários, que procuravam a resposta de Coordenadores de CET e de Responsáveis de Áreas Protegidas a nível nacional, sendo que apenas houve 31 respondentes. Assim, verificou-se uma taxa de resposta global nos dois grupos de cerca de 38%.

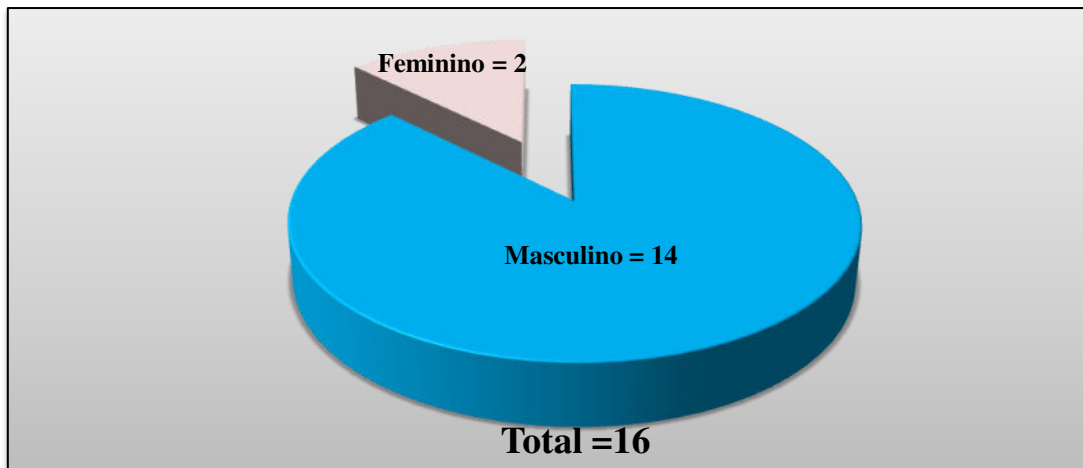
Gráfico 8 - Gráfico representante da amostra de Coordenadores de CET



Fonte: Elaboração própria

Analisando o Gráfico 8, foi possível verificar que a amostra de respondentes em relação ao género é semelhante, $n=8$ são do género feminino e $n=7$ do género masculino.

Em relação ao Gráfico 9, verifica-se uma amostra predominantemente masculina ($n=14$) e apenas dois respondentes são do género feminino. Comparativamente com o Gráfico 8 verifica-se uma amostra muito menos homogénea nos responsáveis pelas Áreas Protegidas do que a dos Coordenadores de CET.

Gráfico 9 - Gráfico representante da amostra de Responsáveis pelas Áreas Protegidas

Fonte: Elaboração própria

Os Responsáveis pelas Áreas Protegidas apresentam idades entre os 35 e os 55 anos, sendo que as idades que mais se repetem são a de 50 e 52 anos de idade com uma percentagem de 18,75, que corresponde a 2 registos (valor modal - bimodal). O valor da mediana é a idade de 50 anos e a média de idades é de 51,4. Esta análise permite-nos constatar que, de facto, a população respondente das Áreas Protegidas ocupa uma faixa etária maioritária dos 50 aos 55.

Tabela 2 - Idade dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas

Idade	Frequência	Percentagem
35	1	6,25
43	2	12,5
44	1	6,25
45	1	6,25
47	1	6,25
49	1	6,25
50	3	18,75
51	1	6,25
52	3	18,75
53	1	6,25
55	1	6,25

Fonte: Elaboração própria

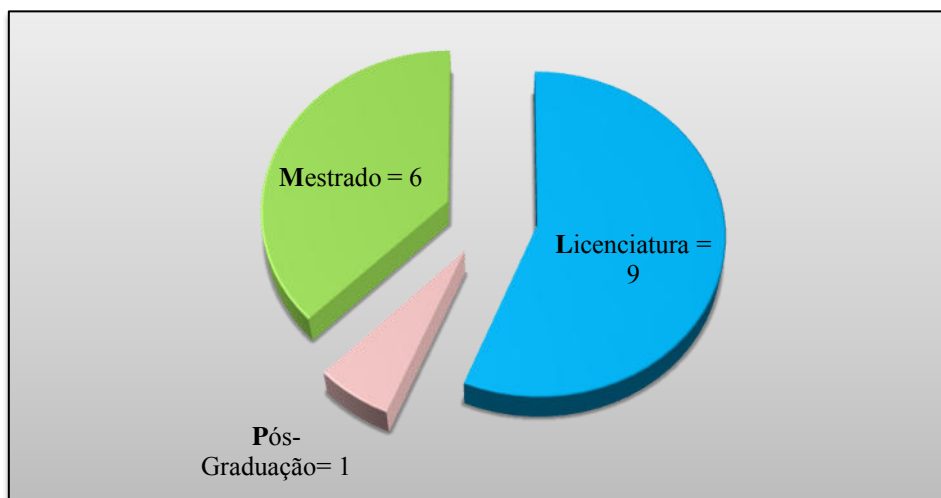
Os Coordenadores de CET apresentam idades compreendidas entre os 30 e os 54 anos, sendo que as idades que mais se repetem são a de 38 e 49 anos de idade (20%).

Tabela 3 - Idade dos Coordenadores de CET

Idade	Frequência	Porcentagem
30	1	6,66
34	1	6,66
36	2	13,33
38	3	20
43	1	6,66
45	1	6,66
46	1	6,66
47	1	6,66
49	3	20
54	1	6,66

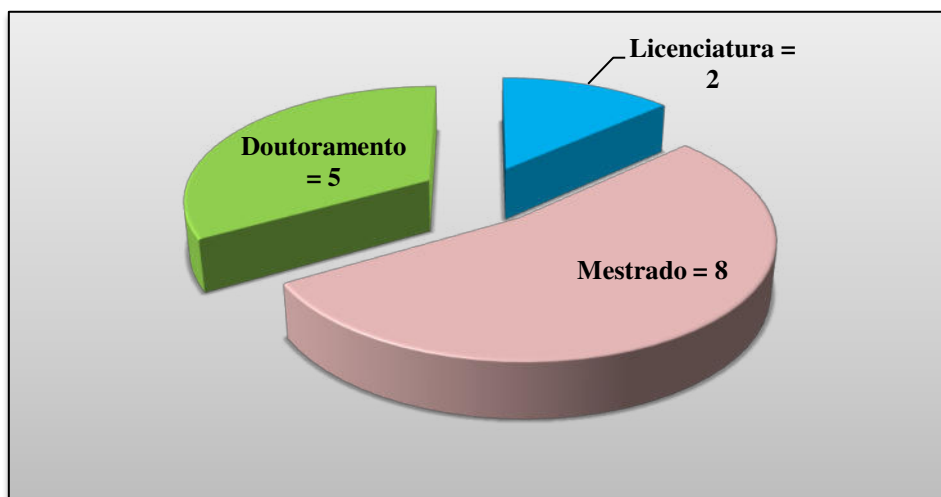
Fonte: Elaboração própria

Ao nível das Habilitações Literárias verificou-se que a maioria dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas possui Licenciatura (n = 9) com 56,2%, seguido do Mestrado (n= 6 e 37,5%), por último, a pós-graduação com n=1 e 6,2%. A opção Doutoramento não foi selecionada por nenhum dos respondentes. Podemos observar que a Licenciatura constitui o grau académico mais frequente mas também destacamos a importância relativa do mestrado, que poderá vir a ser ainda mais importante no futuro. Pode-se ainda constatar da análise das respostas aos questionários que a maioria dos inquiridos das Áreas Protegidas possui formação de base na área do Turismo, sendo a Biologia e a Gestão e Conservação da Natureza, como formação complementar.

Gráfico 10 - Habilitações Literárias dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos Coordenadores de CET, ao nível das Habilitações Literárias, verificou-se que a maioria deles possui Mestrado ($n= 8$, 53,3%) seguido do Doutoramento ($n= 5$, 33,3%) e, por último, a Licenciatura com $n=2$ e 13,3%. A maioria dos inquiridos possui como formação de base em Turismo, sendo a Gestão e Desenvolvimento em Turismo como formação complementar a nível de mestrado.

Gráfico 11 - Habilitações Literárias dos Coordenadores de CET

Fonte: Elaboração própria

5.1. Estudo comparativo entre planos curriculares da ESTM e ESTH

Esta análise comparativa constituiu um exercício preliminar com vista a interpretar as eventuais diferenças existentes entre planos curriculares dos cursos desta área das escolas ESTM e ESTH. Assim, desenvolveu-se uma comparação dos planos de estudos que resultou numa análise crítica, sendo esta resultante de uma parceria entre estas duas escolas a nível de mestrado que poderia ser igualmente muito útil para ambas as instituições a nível CET. O estudo ao qual se recorreu foi o descritivo-comparativo, que tem como objetivo descrever semelhanças e diferenças na população alvo (Fortin, 2006).

A seguinte tabela apresenta o plano curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTM. O referencial de competências a adquirir são: participar na elaboração e gestão de projetos de animação turística, em função da especialidade e das necessidades de cada segmento do mercado, nomeadamente a idade, o nível socioeconómico, a cultura e a nacionalidade; mobilizar recursos locais para a criação e programação de atividades de rotina, eventos especiais e projetos diversificados de animação turística; organizar e/ou supervisionar atividades de animação, elaborando mapas de atividades e estruturando a equipa de animadores; entender o papel das diferentes áreas da arte e da cultura nas dinâmicas de turismo; divulgar as iniciativas e atividades de animação a nível interno e externo; identificar critérios para aferir a qualidade da oferta de produtos de animação turística. Estas competências, do curso CET permitem o ingresso na Escola supracitada em Licenciaturas como: Animação Cultural; Marketing Turístico; Turismo; Gestão do Lazer e Turismo de Negócios, entre outras.

Tabela 4 - Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTM

Plano curricular		
Unidades de formação	Nº. de horas	ECTS
Componente geral e Científica		
Comunicação Oral e Escrita	60	3
Relações Interpessoais e Dinâmicas de Grupo	50	3
Museologia e etnografia	40	2
Componente tecnológica		
Inglês Aplicado	90	6
Castelhano/Francês Aplicado	90	6
Turismo e Ordenamento do Território	45	2

Marketing Turístico	60	3
Oficina de Teatro	60	3
Oficina de Artes Plásticas	60	3
Oficina de Música	60	3
Oficina de Dança	60	3
Oficina de Multimédia	60	3
Oficina de Artesanato, Gastronomia e Vinhos	45	2
Oficina de Itinerários Turísticos	45	2
Oficina de Atividade física na Natureza	60	3
Gestão de Animação	85	6,5
Empreendedorismo	30	1,5
Componente de Formação em Contexto de Trabalho	525	30
Totais	1525	85

Fonte: ESTM (2010)

Por sua vez, a tabela seguinte apresenta o plano curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTH. O referencial de competências a adquirir é designadamente: identificar e/ou participar na identificação das atividades de animação, em função da concorrência, dos segmentos de mercado, da época do ano e dos recursos disponíveis; planejar as atividades de animação, em função da especificidade e das necessidades de cada segmento de mercado, nomeadamente a idade, o nível socioeconómico e cultural e a nacionalidade; programar as atividades de rotina e os eventos especiais, em função dos recursos disponíveis; organizar as atividades de animação, elaborando mapas de atividades e estruturando a equipa de animadores; orientar e coordenar as atividades de animação; divulgar as iniciativas e atividades de animação a nível interno e externo. Estas competências, do curso CET permitem o ingresso na Escola supracitada em Licenciaturas como as de: Turismo e Lazer; Gestão Hoteleira; e Restauração e Catering.

Tabela 5 - Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da ESTH

Plano curricular		
Unidades de formação	Nº. de horas	ECTS
Componente geral e Científica		

Língua Portuguesa	45	2
Inglês	75	3
Relações Interpessoais	45	2
Métodos Quantitativos	75	3
Componente de Formação Tecnológica		
Francês Técnico	45	2
Espanhol Técnico	45	2
Turismo	75	3
Animação Turística	180	7
Organização e Gestão de Empresas de Animação	135	5
Mercados e Desenvolvimento de Novos Produtos Turísticos	150	6
Marketing Turístico	150	6
Planeamento em Turismo	180	7
Aplicações em Informática	120	4
Projeto de Animação	210	8
Componente de Formação em Contexto de Trabalho	600	20

Fonte: ESTM (2010)

Neste estudo comparativo pretendeu-se mostrar as diferenças substanciais entre dois cursos com o mesmo grau académico e a mesma designação, em escolas públicas da região Centro. Estes cursos apresentam programas curriculares direcionados para a animação, contudo, com certas discrepâncias ao nível das várias componentes, nomeadamente, geral e científica, tecnológica e em contexto de trabalho. A nível geral e científico, podemos observar que a ESTM, não inclui Métodos Quantitativos no seu programa e introduziu a disciplina de Museologia e Etnografia, disciplina de um cariz fundamental para quem trabalha nesta área e necessita ter conhecimentos básicos do meio onde está inserido ou onde irá trabalhar.

Na segunda componente, verificam-se grandes diferenças no programa. A ESTM aposta numa componente mais prática, utilizando as oficinas em diversas áreas como forma de divulgar conhecimento, apostando assim na disciplina teórico-prática, que é no nosso ponto de vista, a estratégia mais adequada para uma melhor e maior aprendizagem para este nível de ensino. Pois o ser humano possui maiores capacidades de aprendizagem com a realização visuo-motora, do

que apenas com aprendizagem teórica. Justificando que a aprendizagem visuo-motora está interligada com o saber-fazer (Schaffer, 2004).

Em contrapartida, a ESTH utiliza mais a teoria como método de aprendizagem e disciplinas mais generalistas, que incutem ao aluno conhecimentos de cultura geral, mas não lhe proporciona tanto ferramentas para trabalhar em campo. A ESTH, no entanto, aposta no desenvolvimento de um projeto de animação que pode ser individual ou em grupo, que pode servir como ponto de ingresso ao mercado de trabalho e uma forma de levar os alunos à criatividade e ao empreendedorismo, de forma mais autónoma.

Aa IES postam ambas na formação em contexto de trabalho, com competências a adquirir semelhantes, que são o culminar de toda a aprendizagem apreendida ao longo do ano. Assim, podemos concluir que a área de animação turística verifica a necessidade de técnicos especializados, não só a nível de trabalho específico da área, como também conhecimentos ao nível da cultura local, história, gastronomia, hotelaria, relações interpessoais, etiqueta e protocolo, entre outras, como se constata do vasto elenco existente no questionário. De facto, não nos devemos esquecer que o turismo é uma ciência multidisciplinar.

Os programas dos cursos CET necessitam de ser mais orientados para o meio local e regional em que se inserem, com o intuito dos alunos futuramente se poderem especializar em outras áreas ou aprofundar os seus conhecimentos através de formações específicas com o objetivo de melhorar o seu desempenho, pois os CET facilitam o acesso ao Ensino Superior em algumas áreas, como por exemplo o CET de Gestão de Animação Turística, que tanto dá acesso à Licenciatura de Turismo e Lazer, como à Licenciatura de Gestão Hoteleira e Restauração e Catering.

Em suma, os CET são importantes pois permitem criar quadros técnicos intermédios, que tanto permitem o acesso ao mercado de trabalho como a uma formação de nível superior, regra geral mais generalista.

5.2. Discussão de resultados

Para a realização deste ponto, no qual se apresenta a interpretação dos resultados obtidos e se estabelece a relação com a literatura consultada, criou-se uma base de dados através do programa SPSS versão 18.0, a qual permitiu a organização nominal dos componentes e itens. Nesta base de dados organizaram-se os dados de acordo com a teoria, com o intuito de tornar a sua discussão por parte do investigador possível com base nessa interpretação prévia.

De forma a caracterizar as regiões onde cada um dos inquiridos se encontrava, foram elaboradas três questões com o mesmo paralelismo para os dois grupos. Assim apresentam-se as respostas, divididas e sistematizadas por tabelas de acordo com a temática. Começa-se com o grupo I, questão 1 (Como caracteriza a sua região ao nível do turismo, cf. Tabela 6.), dos modelos de questionário, que aborda as características e potencialidades turísticas das regiões em análise.

Nesta primeira pergunta é possível verificar algumas semelhanças na perceção dos Coordenadores de CET e dos Responsáveis das Áreas Protegidas sobre a importância do turismo na sua região, considerando-o como um fator de potencialização de desenvolvimento com uma oferta turística diversificada. Em contrapartida, os Responsáveis das áreas Protegidas compreendem o turismo como um fator de desenvolvimento social, nomeadamente ao nível da empregabilidade e, também, a implementação de regimes de proteção dos próprios recursos turísticos.

Tabela 6 - Caracterização turística da região

COORDENADORES DE CET	RESPONSÁVEIS ÁREAS PROTEGIDAS
- Excelentes condições	- Diversificada na oferta turística
- Com potencialidades de desenvolvimento	- Com boas potencialidades de desenvolvimento
- Com recursos e variedade	- Dinamizador da empregabilidade
- Rica em património natural e construído	- Diferentes regimes de proteção

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Costa (2010, cit. por Ramos *et al.*, 2012), o turismo (animação turística) atrai visitantes, criando assim rendimentos, fortalecendo a base da economia local, dinamizando o comércio e contribuindo para a criação do emprego direto e indireto. Tendo ainda a possibilidade de promover e valorizar o património natural e construído. Na Tabela 7, (questão 2 - Quais as atividades de Turismo-Natureza/Desporto-Aventura com maior enfoque na vossa Região) verifica-se que as atividades apresentadas como de maior enfoque são em muito similares, apresentam apenas uma diferença ao nível da inclusão da oferta hoteleira como uma atividade de vasta procura e inserção na exploração de um programa de atividades do turismo de Natureza. Os Responsáveis das Áreas Protegidas apresentam um conjunto mais alargado de atividades específica contrariamente aos Coordenadores de curso CET. São também

identificadas as atividades de canoagem, expedição fotográfica, passeios todo-terreno, passeios equestres, atividades de orientação, entre outros.

Tabela 7 - Atividades com maior enfoque na região

COORDENADORES DE CET	RESPONSÁVEIS ÁREAS PROTEGIDAS
- Birdwatching	- Pedestrianismo
- Escalada	- Escalada
- BTT	- Birdwatching
- Caminhadas	- BTT
- Pedestrianismo	- Canoagem
- Canoagem	- Passeios de barco
- Turismo Rural	- Observação da fauna e da flora

Fonte: Elaboração própria

Na seguinte Tabela 8, da questão 3 (Na sua opinião quais seriam as competências adequadas a um animador turístico), os coordenadores de curso identificam mais características gerais, por exemplo, dinâmico e bom profissional, os Responsáveis das Áreas Protegidas identificam como competências essenciais o conhecimento aprofundado da região e dos seus recursos, domínio de técnicas de animação, e o domínio fluente da língua inglesa. Os conhecimentos ao nível da geografia, da fauna e da flora, atividades desportivas, entre outras.

Tabela 8 - Competências adequadas ao animador turístico

COORDENADORES DE CET	RESPONSÁVEIS ÁREAS PROTEGIDAS
- Boa Comunicação	- Conhecimento aprofundado das valências existentes na região onde se insere
- Dinâmico	- Boa Comunicação
- Profissional	- Domínio das técnicas de animação
- Animado	- Domínio da língua Inglesa

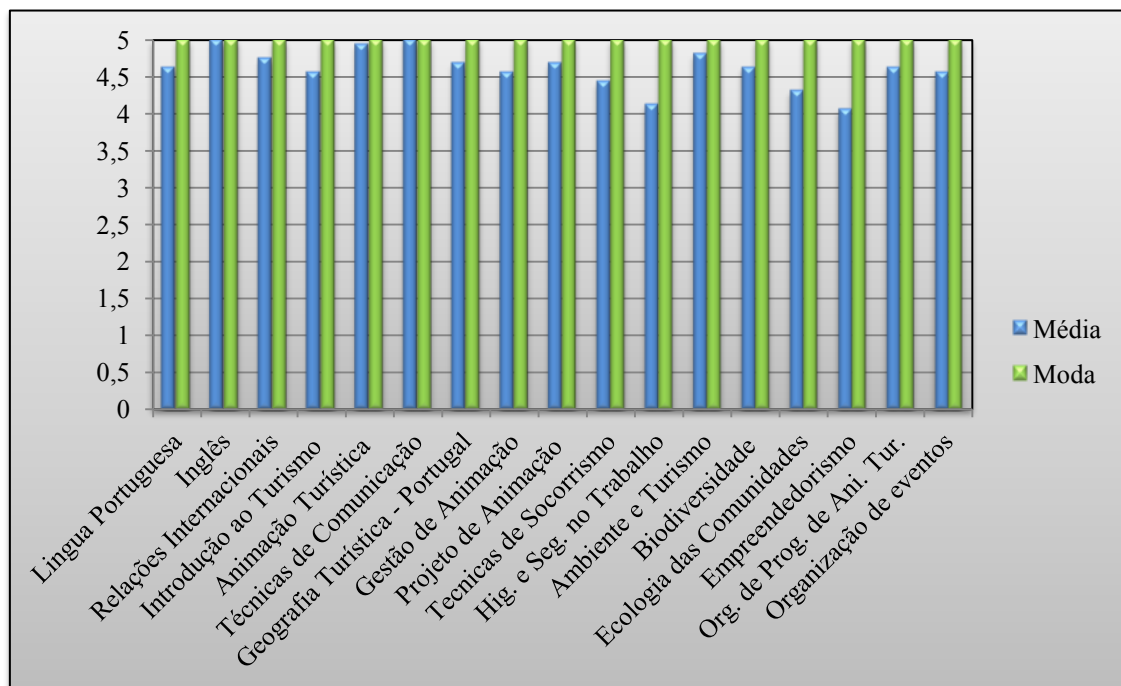
Fonte: Elaboração própria

Analisando os resultados (cf. Gráfico 12 e Gráfico 13), das respostas dadas tanto pelos Responsáveis das Áreas Protegidas como dos Coordenadores de CET, verificamos que existe uma diferença de opinião relativamente às componentes disciplinares, consideradas mais importantes em CET. São apresentadas algumas disciplinas nos dois grupos com igual

importância, como é exemplo, o Inglês, Projeto de Animação, mas ao mesmo tempo disciplinas com diferentes áreas científicas e atividades desportivas.

No Gráfico 12, verifica-se a escolha como muito importante de disciplinas de caráter teórico-prático, o que denota a proeminente necessidade destes possuírem técnicos com competências do saber fazer.

Gráfico 12 - Componentes curriculares em CET consideradas como Muito Importante pelos Responsáveis pelas Áreas Protegidas



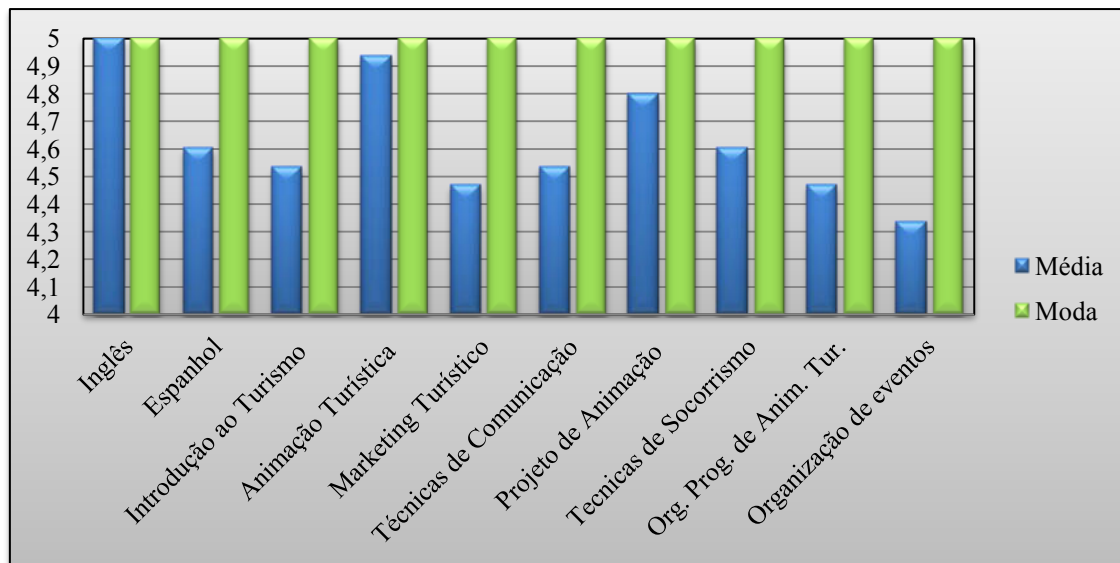
Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, os Coordenadores de CET consideram como mais importantes as disciplinas de âmbito generalista, enquanto que os Responsáveis das Áreas Protegidas dão preferência a disciplinas mais específicas e práticas.

Em ambos os casos verifica-se que existem disciplinas de igual enfoque, como o Inglês, a Introdução ao Turismo e a Animação turística, cujas características são identificadas como competências adequadas ao animador turístico (cf. Tabela 8).

É de salientar que os Responsáveis de Áreas Protegidas enfatizam tanto a Língua Portuguesa como a Língua Inglesa como componentes muito importantes à formação do Animador Turístico.

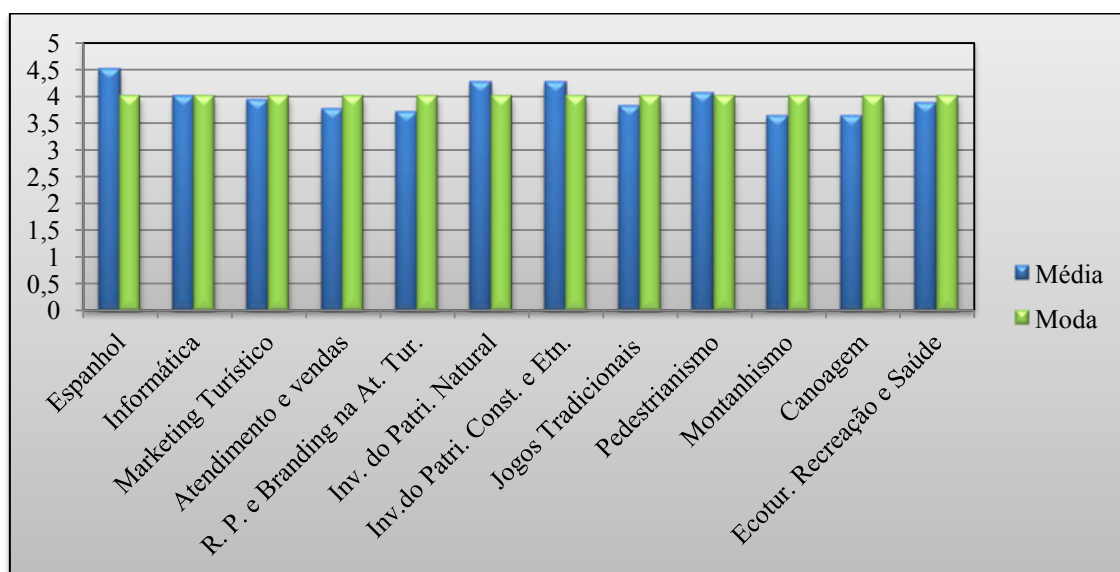
Gráfico 13 - Componentes curriculares em CET consideradas como Muito Importante pelos Coordenadores de CET



Fonte: Elaboração própria

Os Responsáveis das Áreas Protegidas consideram a componente de línguas como um fator predominante/relevante na formação do animador, neste caso apontam o Espanhol como importante (em semelhança às disciplinas Língua Portuguesa e Inglesa).

Gráfico 14 - Componentes curriculares consideradas por Responsáveis pelas Áreas Protegidas

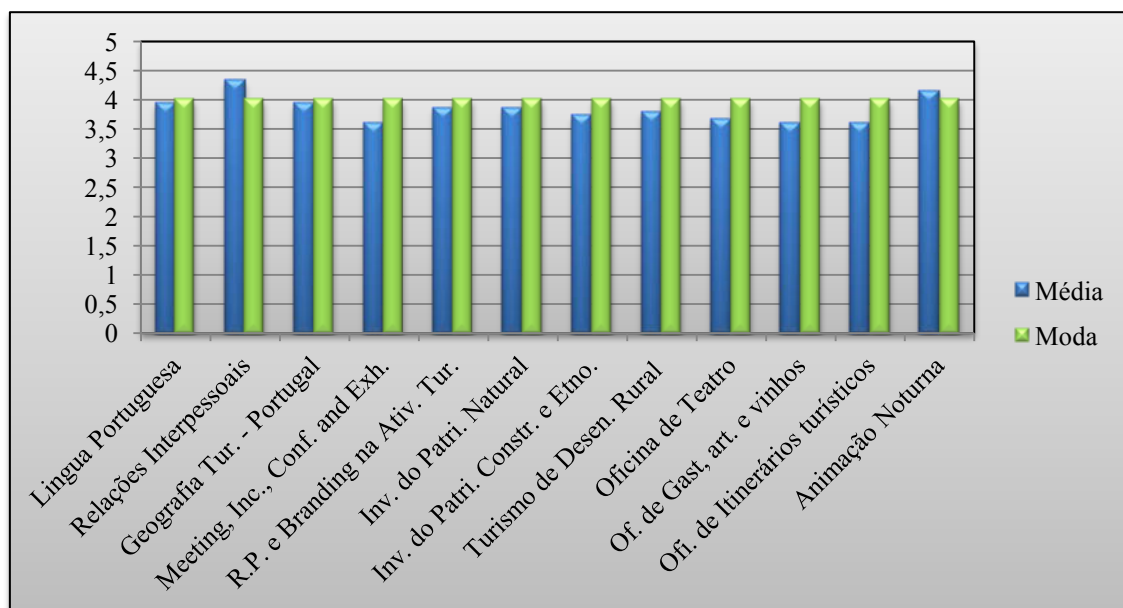


Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico (cf. Gráfico 14), é possível verificar que os Responsáveis Áreas Turísticas consideram importantes disciplinas como o pedestrianismo, montanhismo e canoagem. Estas são consideradas como disciplinas específicas e características da tipologia do Turismo de Natureza das áreas protegidas.

Os Coordenadores apresentam uma visão mais generalista, fazendo referência a disciplinas como a Animação Noturna, Relações públicas e *branding* na atividade turística e *Meeting*, *Incentives*, *Conferences* e *Exhibitions*, que estão relacionadas com a gestão de eventos, hotelaria, entre outros, como importantes. Evidenciando assim a existência de uma preocupação em transmitir conhecimentos do saber estar. Ambos consideram a Inventariação do Património Natural e Construído como fator importante de formação escolar, que fornece ao animador ferramentas de conhecimento da área que vai integrar.

Gráfico 15 - Componentes curriculares em CET consideradas como Importante pelos Coordenadores de CET.



Fonte: Elaboração própria

A comparação entre as duas Escolas Públicas, sediadas na região Centro, ESTH e ESTM, mostrou existir uma diferença considerável entre os planos curriculares. Os dois cursos CET apresentam semelhanças ao nível das unidades curriculares, pois ambos são de Animação Turística mas, ao mesmo tempo, apresentam diferenças muito notórias. Ou seja, há uma aposta muito maior na componente prática na ESTM do que na ESTH. Daí a necessidade de comparar os planos curriculares de duas escolas que são em muito semelhantes no trabalho desenvolvido na área do Turismo, nomeadamente na Animação Turística. O fato de se ter considerado como

importante verificar as necessidades do mercado, tanto ao nível dos Coordenadores de cursos CET, que ajudam e desenvolvem as ferramentas para formação de profissionais, como ao nível dos Responsáveis das Áreas Protegidas, que são quem recebe os profissionais com formação e qualificação, vem no sentido de dar resposta a este mesmo mercado, que cada vez mais prima por uma especificidade própria.

Atualmente, e como constatado pelas diversas informações aqui apresentadas, o CET de Gestão de Animação Turística com as suas áreas curriculares não fornece ao aluno as ferramentas necessárias para que este ingresse no mercado de trabalho com a devida preparação e profissionalismo, que é exigido pelas empresas de animação. Assim, o objetivo do presente estudo passa pela criação/desenvolvimento de um novo curso CET na ESTH que colmate as necessidades do mercado local, nomeadamente ao nível das áreas do Desporto e Natureza.

Analisando todos os resultados, e com o principal objetivo do estudo, é possível afirmar que existe a necessidade de criação/desenvolvimento de um modelo de curso CET na região Centro, que satisfaça as necessidades de mercado e consiga colmatar as lacunas identificadas, quer através de um currículo específico, quer através de um formato complementar de disciplinas isoladas em função das necessidades próprias de cada formando. No seguimento desta constatação, a seguir apresenta-se um possível modelo curricular para o curso CET, com aplicabilidade na área onde se insere a Escola Superior de Turismo e Hotelaria.

Tabela 9 - Proposta para o Plano Curricular do Curso CET da ESTH

Disciplinas base (teóricas e tecnológicas)
Língua Portuguesa
Inglês
Espanhol
Introdução ao Turismo
Animação Turística
Projeto de Animação
Relações Interpessoais
Técnicas de Comunicação
Geografia Turística
Antropologia

Disciplinas específicas (com opção de serem escolhidas isoladamente)

Património

História da Arte

Ecologia das Comunidades

Animação Noturna

Modalidades de Montanhismo

Modalidades de Pedestrianismo

Canoagem

Fonte: Elaboração própria

Neste último grupo de disciplinas específicas, destaca-se a possibilidade de serem frequentadas pelos alunos de CET mas também pelos alunos de licenciatura, porque muitos dos alunos do curso Turismo e Lazer realizam o seu estágio em empresas de Animação Turística, nas quais estes desportos são as principais atividades desenvolvidas. Considera-se que este tipo de formação “aberta” à comunidade escolar poderá ser encarada como uma mais-valia, em termos de experiência, aquando da inserção do animador no mercado de trabalho, e também pelo fato desta área da Animação Turística se encontrar em franca e contínua expansão, quer ao nível nacional quer ao nível internacional.

Capítulo VI - Conclusões e Sugestões

6.1. Conclusões

Após a análise e discussão dos resultados e face à literatura consultada, tendo em consideração os objetivos pré-definidos para a investigação emergem as principais conclusões que a seguir se expõem.

O papel da animação passa por oferecer ao cliente o poder de ocupar o seu tempo livre com atividades gratificantes, emocionantes e divertidas; permitir conhecer, avaliar e viver o destino nos seus recursos mais característicos e diferenciados, dentro de uma experiência respeitadora com o meio social e ambiental envolvente. De facto, nos dias de hoje, o turismo é uma das atividades que em muito contribui para a sobrevivência de numerosos territórios, nos quais se inserem muitas áreas protegidas. A atividade turística utiliza os recursos existentes como um fator impulsionador para um desenvolvimento económico, servindo igualmente como meio de preservar tanto o património natural como cultural, ainda que nem sempre com um aproveitamento correto, devido ao parco apoio dos diversos agentes na diversificação de produtos.

O desenvolvimento regional ocorre numa determinada escala territorial: a região. Deste modo, utiliza de forma proveitosa os seus recursos e potencialidades da região, procurando estimular a participação da população local, promover um esforço ao nível da conjugação de vários interesses dos diversos intervenientes. O turismo é, de facto, um contributo para o desenvolvimento regional, como atividade económica. Um dos fatores do sucesso do turismo em Portugal é a existência de recursos humanos qualificados, que prestem serviços de qualidade, sendo que se conjuga a formação como a característica intrínseca do povo Português da afabilidade e capacidade de bem receber.

Com a evolução do sector do turismo surgiu a necessidade de se criar um conjunto de condições, que permitissem o desenvolvimento de um serviço imprescindível no turismo, como é o caso da animação turística, passando a ser designada como um subsector da atividade turística. A sua fundamentação vai ao encontro do aparecimento de novos tipos de turismo, que pressupõem a realização de atividades ao ar livre, com uma participação mais ativa do turista.

Tendo em conta estas características, o turismo nacional tem como objetivo principal aumentar a sua quota de mercado ao nível internacional. E é nesta linha que se verifica que tanto os Coordenadores de CET como os Responsáveis das Áreas Protegidas consideram as línguas estrangeiras bem como a Língua Portuguesa uma mais-valia, fornecendo aos alunos ferramentas

de trabalho ao nível internacional. Com base na análise dos vários questionários recebidos, tanto dos Responsáveis pelas Áreas protegidas como dos Coordenadores de CET, foi possível verificar que os objetivos traçados são pertinentes e vão de encontro realmente ao cerne das questões de investigação.

Verificou-se ainda através da análise dos resultados obtidos nos dois grupos inquiridos, que a problemática do presente estudo é de grande pertinência, pois verifica-se que existe uma necessidade tanto do lado dos Responsáveis pelas Áreas Protegidas da contratação de animadores com um perfil mais prático, ou seja, do saber fazer onde haja capacidade de integração em equipas de trabalho e que possua conhecimentos prévios de teorias e técnicas sobre a área onde vai desempenhar funções. Do outro lado, os Coordenadores de CET apresentam necessidades ao nível da formação do saber estar, ou seja conhecimentos de cultura geral que permitam a inserção do profissional no mercado de trabalho mais abrangente, no entanto de carácter específico.

Assim, é possível afirmar, de acordo com a primeira questão de investigação, que existe a necessidade de desenvolver um CET com um plano curricular adequado e adaptado às necessidades da região onde se insere, pois verificou-se a necessidade de especificidade de competências e conhecimentos relativos à área onde o futuro animador turístico se inserir.

Relativamente à segunda questão de investigação do presente estudo, verificou-se que tanto Coordenadores de CET como Responsáveis pelas Áreas protegidas, apresentam como características que um animador deve possuir: boa comunicação; profissionalismo; dinamismo; domínio das técnicas de animação; domínio da Língua Inglesa e conhecimento das valências turísticas da região.

Os Coordenadores de CET veem o animador turístico de uma forma mais generalista, porquanto apontam unidades de formação mais generalistas. No entanto, os Responsáveis de Áreas Protegidas perspetivam uma forma mais específica para a formação como um meio de resposta às exigências impostas pela lei do Turismo de Natureza, onde estas se inserem; salientando o animador desportivo, pois a lei exige a qualificação deste pelas federações dos desportos abrangidos pelo Turismo de Natureza; acrescentando também conhecimentos de outras áreas científicas como a Biologia, a Geologia, entre outras.

No término do presente estudo, a APECATE deu a conhecer, através de uma nota de imprensa, a mesma necessidade de criação de um CET que as necessidades do Turismo de Ar Livre, como por exemplo, birdwatching, cannoyng, entre outros. Para esta entidade este CET associa uma

formação turística e comportamental a uma sólida componente técnica neste caso em seis atividades de ar livre, que são: atividades pedestres, de orientação, passeios de bicicleta, manobras de cordas, escalada desportiva e canoagem (cf. Anexo 7).

6.2. Sugestões

As várias pesquisas realizadas permitiram identificar o único curso de Licenciatura em Guias de Natureza existente em Portugal, que tem sede nos Açores (cf. Anexo 6). Esta situação, de todo, não colmata as necessidades do mercado nacional, principalmente nas áreas protegidas da região Centro. Acreditamos que, para que haja técnicos nesta área, seria necessário adaptar-se o plano curricular à região, incluindo as atividades desportivas moldando estas às exigências das respetivas federações, para que no final do curso os futuros Guias da Natureza possuam as competências não só para exercerem as “boas práticas”, mas também para estarem aptos para assumirem responsabilidades nas atividades desportivas.

Considera-se também de grande importância deixar a sugestão de que se clarifique a legislação no âmbito da Animação Turística, como forma de que todas as empresas ou entidades que prestem serviços de animação turística possuam os mesmo direitos e deveres, tornando o mercado mais atrativo e sustentável. No que concerne à formação, ainda existe uma indefinição do perfil do animador desportivo/Guias de Natureza que permita colmatar as necessidades das empresas de animação nomeadamente na região Centro, mais especificamente na Área Protegida da Serra da Estrela.

6.3. Limitações

As limitações deste estudo prendem-se com a amostra de 38%, que apesar de relativamente representativa, mas se fosse em maior número permitiria dados mais abrangentes e representativos da população em estudo.

Uma outra limitação encontrada no decorrer do presente estudo, foi o facto de a legislação N°94 de 15 de maio de 2009 obrigar à realização de Cartas de Desporto de Natureza, para que seja possível a realização de atividades de animação turística nas Áreas Protegidas. No entanto, atualmente isto não acontece, pois existem apenas duas Cartas de Desporto Natureza, sendo que uma é no Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros e outra é no Parque Natural de Sintra Cascais. As outras áreas têm ainda de se reger pelos planos de ordenamento do território das respetivas zonas (ICNB, 2012). No caso particular do Parque da Natural da Serra Estrela, este

ainda não concretizou a sua Carta de Desporto Natureza, no entanto é a entidade que mais exigências coloca às empresas de animação turística.

Uma outra limitação encontrada foi a não existência de legislação da formação específica do animador turístico. Houve uma procura constante de respostas sobre as competências específicas que um animador turístico deve possuir, junto de entidades que regulamentam o Turismo em Portugal, sendo que não se obteve resposta desta Entidade. Esta resposta chegou recentemente da APECATE. Esta mesma entidade veio reforçar a ideia de necessidade de formação em CET, que é focada no presente estudo, de futuros animadores em áreas específicas vocacionadas para uma determinada região.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, P. (2003), *A Contribuição da Animação Turística para o aumento das taxas de ocupação de uma região*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- ARAÚJO, J. (1986) “*Guia do Animador e Dirigente Desportivo*”, Lisboa, Editorial Caminho.
- ARTIGO 199º, Título IV- Função e Estrutura, Capítulo III – Competência administrativa, consultado a 13 de junho de 2012 em, <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- BARBOSA, A. e HENRIQUES, P. (2006). Parque Natural da Serra da Estrela. Instituto da Conservação da Natureza.
- CARVAJAL, J. E. (1992): *La cara oculta del viajero. Reflexiones sobre antropología y turismo*. Buenos Aires: Biblos.
- CHAMBERS, E. (2000): *Native Tours. The Anthropology of Travel and Tourism*. Illinois: Waveland Press.
- COSTA, R.A. (2005). *Avaliação do Potencial de Crescimento das Pequenas e Micro Empresas do Sector do Turismo*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- COSTA, R. e COSTA C. (2010) *A importância das redes e parcerias para as pequenas e micro empresas de Animação Turística*. Revista Turismo & Desenvolvimento, nº 13/14, vol. III, pp.983-984.
- CUNHA, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- CUNHA, L. (2001). *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CUNHA, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CUNHA, L. e VIEIRA, A. (2004) – *Geomorfologia, património e atividades de lazer em espaços de montanha*. Exemplos no Portugal Central. In Atas do III Seminário Latino-americano de Geografia Física, CD-Rom, GMF016, Puerto Vallarta.
- CUNHA, L. e VIEIRA, A. (2004) – *Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha*. Exemplos Portugal Central. Cadernos de Geografia, Coimbra, 21/23, 2004, pp.15-28.
- COOPER, C., FLETCHER, J., FYALL, A., GILBERT, D., WANHILL, S. (2007). *Turismo: princípios e práticas*. (3.ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Decreto Legislativo Regional nº23 /2007/A, de 23 de outubro, Diário da República, N.º.208, Série I-A, Região Autónoma dos Açores.
- Decreto Regulamentar nº22/98, 21 de setembro, Diário da República N.º218, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de abril, Diário da República, N.º 89, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.

- Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de abril, Diário da República, N.º 89, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio, Diário da República, N.º 94, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, Diário da República, N.º 178, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 204/2000 de 1 de setembro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de abril), Diário da República, N.º 202, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, Diário da República, N.º 48, Série I-A MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de maio, Diário da República, N.º 99, Série I-A, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, Lisboa.
- Despacho conjunto n.º 603/2003, Diário da República, N.º 215, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA EDUCAÇÃO, DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR E DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO, Lisboa.
- DGES (Direção Geral de Ensino Superior), (2010), *Cursos de Especialização Tecnológica: Evolução 2006-2009*, acessado em 2010, <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/BA4CD986-0385-4DAC-BB19-EC8092BA3E6D/4077/cet6.pdf>.
- DUDLEY, E., (1993). *The critical villager: Beyond community participation*. London: Routledge.
- GOELDNER, C.R., RITCHIE, J.R.B., MCINTOSH, R.W. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. (8.ed.) Porto Alegre: Bookman.
- ESTEVÃO, C. (2010). *Estratégias Competitivas dos Estabelecimentos Hoteleiros da Região de Turismo da Serra da Estrela: Aplicação da Metodologia dos Grupos Estratégicos*. Revista Turismo & Desenvolvimento, n.º 13/14, vol. I, pp.75-86.
- ESTH (Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia), (2010), *Gestão de Animação Turística*, acessado em 2010, (http://www.esth.ipg.pt/curso_cet.asp?curso=2).
- ESTM (Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche) (2010), *Gestão de Animação Turística*, acessado em 2010, (<http://cursos.ipleiria.pt/CET/Pages/mostrarConteudo.aspx?cid=7108>).
- FORTIN, M. F. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade) *Atividades de Turismo de – Reconhecimento*. Consultado em 13 de junho de 2012 em <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Actividades/>

- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2010), *Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo*, acedido em 2010 (www.ine.pt).
- INSKEEP, E., (1991). *Tourism planning an integrated and sustainable development approach*. New York: Van Nostrand.
- Lei n.º 30/2004, de 21 de julho, Lei de Bases do Desporto, Diário da República, N.º 170, Série I.
- LOPES, H., (2010). *A Constelação do Turismo na Economia Portuguesa – Ficha Técnica*. Edição do Semanário Sol.
- LOPES, M. (2008) *Animação Sociocultural em Portugal*. Editora Intervenção, Amarante.
- LOPES, M., (2009). *Animação Turística*. APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, Chaves.
- MENDES, E., e CUNHA, M., (2010). Turismo, Animação em Espaço Urbano. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 13/14, vol. II, pp.645-654.
- MENDES, L. (2010). O Turismo na Produção Social do Espaço Rural Contemporâneo: Novas Procuras e a Emergência da Nobilitação Rural. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 13/14 pp.655-663.
- OLIVEIRA, J. A. P., (2001). Entendendo a Relação Turismo e Meio Ambiente. IN: *Anais do Encontro Nacional de Ecoturismo - Ecotur Amazônia 2001 Manaus*.
- PEREIRA, D., (2007). *Análise das características gerais e do valor intrínseco da geomorfologia das áreas protegidas de Portugal continental*. Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos, Vol.5, APGeom, Lisboa, pp. 221 – 233.
- PETROCCHI, M. (2001). *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura.
- Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, Diário da República, N.º 141, Série I-B MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros nº112/98 de 25 de agosto, Diário da República, Nº 195, Série I-B, *postum* originou o Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio, Diário da República, N.º 94, Série I-A, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, Lisboa.
- RAMOS, E., SALGADO, M. ALMEIDA, P., (2012). Formação em Turismo: O papel dos CET no desenvolvimento de atividades turísticas. *Revista Turismo & Desenvolvimento* nº17/18, pp. 503-515.
- SWARBROOKE, J. BEARDA, C. LECKIE, S. e POMFRET, G., (2003). *Turismo de aventura: conceitos e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Elsevier
- TRIBE, J. (1997). The Indiscipline of Tourism, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, n.º 3, 638-657.
- UNIVERSIADE DE ÉVORA, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em*

Portugal Continental, vol. III, F a J. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa. P.9.

WANHILL, S. (1997). *Tourism Development and Sustainability*. In: COOPER, C.P. *Tourism Development : Environment and Community Issues*. London: Wiley.

ANEXOS

ANEXO 1

**TABELA CURSOS CET NO ENSINO SUPERIOR NO ANO
LETIVO DE 2011/2012**

ANEXO 2

**TABELA CURSOS CET NO ENSINO NÃO SUPERIOR NO ANO
LETIVO DE 2011/2012**

ANEXO 3

**TURISMO DE NATUREZA NA REDE NACIONAL DE ÁREAS
PROTEGIDAS – DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE CONDUTA**

ANEXO 4

QUESTIONÁRIO AO COORDENADOR DE CET

ANEXO 5

QUESTIONÁRIO AOS RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS PROTEGIDAS

ANEXO 6

**PLANO DE ESTUDOS DA LICENCIATURA EM GUIAS DA
NATUREZA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

ANEXO 7

APECATE- NOTA DE IMPRENSA: TURISMO DE AR LIVRE